III “Não éramos mais universidade”

a política na Escola Paulista de Medicina, da universidade federal à ditadura

Luigi Biondi

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BIONDI, L. III “Não éramos mais universidade: a política na Escola Paulista de Medicina, da universidade federal à ditadura. In RODRIGUES, J., org., NEMI, ALL., LISBOA, KM., and BIONDI, L. *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: ensaios sobre história e memória* [online]. São Paulo: Unifesp, 2008. pp. 141-185. ISBN: 978-85-61673-83-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

III

“Não Éramos mais Universidade”¹

A POLÍTICA NA ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA,
DA UNIVERSIDADE FEDERAL À DITADURA

Luigi Biondi

É claro, portanto, que a universidade brasileira, mesmo pedagogicamente renovada, só poderá viver a plenitude de uma democratização depois de realizadas algumas reformas na estrutura social como um todo. Só daí por diante se poderá pensar numa universidade reformada a serviço de uma sociedade mais justa.

Do “Documento do Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP que reuniu as conclusões parciais e provisórias a que chegou sobre a estruturação e funcionamento da Universidade”, não publicado, março 1964, p. 1.

Ou as faculdades de medicina resolvem promover a educação humanística, eventualmente iniciada no ciclo secundário, ou elas continuarão a ser escolas que se diferenciam das de medicina veterinária, apenas porque a espécie animal nelas estudadas é o homo sapiens. [...]. Complete-se, pois, a formação do médico com estudos de literatura, de história e de filosofia, o tripé da educação humanística, agregando-se-lhe, ainda, o indispensável conhecimento das artes.

MARCOS LINDENBERG, “Medicina, Civilização, Humanismo”, discurso proferido como paraninfo dos formandos de 1966 da Escola Paulista de Medicina, *O Biceps*, dez. 1966, p. 3.

Quanto ao O Biceps, queremos entendê-lo como um órgão cultural que tenha a preocupação de analisar, divulgar e informar a respeito de problemas culturais de ordem geral, problemas de ensino, problemas profissionais etc...

1. Palavras de Rubens Belfort, ao lembrar com amargura o fim do *status* universitário da EPM por causa do golpe: “Não havia DCE na EPM pois não éramos mais Universidade desde o golpe”, em Luigi Biondi, *Questionário Militância EPM* (Rubens Belfort), 2007.

Nos esforçaremos ao máximo para que ele venha mitigar, no que lhe for possível, a ausência de um Departamento de Ciências Humanísticas nesta Escola, que coordenasse cursos de antropologia, ciências sociais, economia, artes etc..., conhecimentos esses de capital importância para a nossa formação como HOMENS que transcende, em muito, nossa formação como médicos.

EDITORIAL D'O *Biceps*, jul. 1970. *Apud* Paulo José Brito de Castro, *Memórias da EPM*, Mococa-SP, manuscrito não publicado, 2005².

Mas eis que Chega a Roda Viva

Nos dias do golpe...

No dia do golpe fomos para a casa de Florestan Fernandes, me lembro que foi o Bóris Barone que convidou: “vamos visitar o professor Florestan neste momento!” [...]. Na verdade, vendo hoje, acho que na época não tinha uma consciência plena do que estava acontecendo e do que estávamos fazendo, depois eu tive³.

Em 1964, já formado [desde 1963], trabalhava em bairro distante, numa Sociedade Amigos do Jardim Nordeste, em 31 de março. O ambulatório que lá mantinha foi fechado cinco dias depois, com a recomendação de “se aquele médico comunista aparecer aqui ele vai ser preso”. Meu primeiro e mais forte pensamento foi de traição por parte do governo, tipo “Jango covarde, filho da puta!”⁴.

Morava na Vila Maria e estava em casa. Fiquei assustado porque meu pai voltou do trabalho e disse que teríamos violência [...]. À época eu não sabia, mas hoje acho que o golpe de 1964 era mais que esperado⁵.

Estava no Teatro Arena, assistindo uma peça. [...] Aí começou todo mundo, aquela coisa, “o quê?, o que foi?” [...]. Um ou dois dias depois estávamos tendo uma aula no Leitão da Cunha [...], entra porta adentro – não era aula dele, tinha um outro professor dando aula –, entra porta adentro o Rodolfo de Freitas, que era o professor de Urologia, com aquele capacete da revolução de 32. Lembra uma figura ridícula, entra, e [diz] assim: “agora fizemos a revolução, vamos dar um jeito nesse país, finalmente 32!”⁶

Aí, quando estava em 64, que estourou o golpe, eu já estava na medicina, como eu era dentista, já tinha me formado em odontologia, tinha consultório, trabalhava, saía da Paulista, ia trabalhar. Quando deu o golpe, eu lembro que o professor de Farmacologia, o Ribeiro do Valle, nós estávamos tendo

2. Paulo José Brito de Castro, o JB, foi presidente do CAPB em 1969, eleito na chapa *Atuação*. Foi preso em 1970, numa operação preventiva do Departamento de Ordem Política e Social (Deops).

3. Depoimento de Maria Gaby Rivero de Gutierrez a Luigi Biondi em 27 ago. 2007. Na época, a professora era aluna da Escola de Enfermagem, onde ingressou em 1961 e na qual atua hoje como docente. Bóris Barone estudou na EPM de 1961 a 1965; atualmente é docente de Gastroenterologia Cirúrgica no Departamento de Cirurgia da Unifesp.

4. Depoimento de Fábio Ancona Lopez, em Luigi Biondi, *Questionário Militância EPM* (Ancona Lopez), 2007.

5. Depoimento de Artur Beltrame Ribeiro, em Luigi Biondi, *Questionário Militância EPM* (Artur Beltrame Ribeiro), 2007.

6. Depoimento de Durval Rosa Borges a Luigi Biondi em 17 ago. 2007. O episódio do professor Rodolfo de Freitas é lembrado por muitos alunos da EPM da época, tornando-se uma das anedotas mais contadas sobre 1964, que mostrava também a ligação que alguns docentes faziam entre as “revoluções” de 31 de março e a de 1932, da qual muitos participaram (como foi o caso de Freitas, que nela atuou como médico; cf. capítulo II, tabela anexa).

uma aula de farmacologia e ele interrompeu a aula e falou: “Olha, estão ocorrendo rumores de que está havendo um golpe, uma revolução!” [...]7.

O meu segundo ano na EPM foi em 64: no meio de abril, primeiro de abril, ocorre o golpe, e a gente estava em plena efervescência na Paulista8.

As lembranças de alguns estudantes da Escola Paulista de Medicina na época do golpe militar, em 1964, foram construídas de diferentes formas. Uma delas se deu na relação dialógica com o entrevistador, outra por meio de perguntas específicas que instigaram os depoentes a se situarem num momento histórico sobre o qual sua reflexão já absorveu uma série de outras memórias, análises históricas e sociológicas. Todavia, essas lembranças revelam como a memória sobre aqueles episódios se constrói na explicitação de uma teia de relações de vários tipos, nas quais eles estavam inseridos, e como essas redes tinham na EPM uma passagem central.

A ditadura civil-militar entrou na vida da EPM com força e objetivos claros de repressão. Em parte, essa entrada foi ajudada, ali também, pelas posições conservadoras de grande número de docentes. Isso pode ser percebido nas falas de diversos entrevistados que, na época, participavam do movimento estudantil. Muitos depoentes classificaram a atividade política na EPM, inclusive a dos docentes, como reduzida e fundamentalmente moderada – típica de uma escola de medicina que, ainda que de alto nível, não se assemelhava à efervescência das faculdades de ciências humanas ou às outras universidades do país e, especificamente, de São Paulo, como a USP e a PUC.

Ao mesmo tempo, a ditadura encontrou resistências nos corpos discente e docente desde o início. Como aconteceu com o movimento estudantil de todo o país, ao invés disso abafar e impedir a ação dos grupos reformadores e contrários à ditadura, assistiu-se à inauguração de uma onda que durou até o início dos anos de 1970, na qual o protagonismo político estudantil aumentou gradativa e consideravelmente. *A Roda de Aquarius*, na metáfora de Elio Gaspari, girou também na EPM9.

Em termos acadêmicos, a situação da Escola Paulista de Medicina era a de um prestigioso instituto federal, tornado público havia apenas oito anos. A Escola recolhia-se num ambiente muitas vezes auto-referencial, no âmbito de seu ofício, propiciado por um dos mais altos graus de profissionalização médica no Brasil. Porém, algumas de suas características, inclusive seu próprio prestígio acadêmico, tornaram-na um alvo visado da repressão governamental instaurada no momento do golpe, com o Ato Institucional nº 1, baixado em 9 de abril de 1964.

7. Depoimento de Carlo Pollini Quintieri a Luigi Biondi em 24 set. 2007. Atualmente cirurgião plástico, Quintieri foi um dos quatro alunos que sofreram o primeiro IPM na EPM, em abril de 1964, ao qual me reportarei outras vezes ao longo deste capítulo.

8. Depoimento de Cícero José Brasiliano a Luigi Biondi em março de 2007.

9. Elio Gaspari, *A Ditadura Envergonhada*.

Como veremos mais adiante, a EPM estava no centro do processo de institucionalização de uma nova universidade federal, quase se confundindo completamente com ela.

Essa nova instituição – baseada nos moldes da Universidade de Brasília e nos princípios reformadores de seu primeiro reitor, Darcy Ribeiro – deveria construir em São Paulo um dos principais, inovadores e complexos pólos federais do ensino superior. O primeiro resultado que dela se esperava era a superação daquele tradicionalismo acadêmico, no sentido do isolamento profissional, pedagógico e de certa forma geográfico, do qual a EPM era expressão. Para a grande maioria dos docentes e para muitos alunos da Escola, ser uma instituição de ensino superior de renome nacional não significava, necessariamente, tornar-se parte de um sistema e de um projeto mais amplo de reforma e reestruturação do Estado-nação brasileiro ou, em outras palavras, que tivesse uma antevisão nacional, formadora da nação e imbricada em sua sociedade.

No início da década de 1960, podia ser identificado na EPM um grupo majoritário de docentes de posições políticas conservadoras, considerados lideranças naturais e históricas. Dividiam-se entre uma postura militante de direita, com fortes raízes católicas, e outra, mais difusa, que podia ser categorizada, se não em um conservadorismo conformista, numa identidade conservadora liberal-democrática, ao mesmo tempo moderada e pragmática, em grande parte também de origem católica.

Este grupo majoritário foi, na sua totalidade, contrário à progressiva expansão e transformação da EPM em universidade federal, embora com posições e argumentações diferentes, como veremos. Nessa causa, encontraram um dos pontos aglutinadores contra o governo João Goulart e suas dificuldades e ambigüidades em torno das reformas¹⁰, no interior das quais a estruturação da Universidade Federal de São Paulo (UFSP) podia ser colocada. Havia uma forte oposição anti-trabalhista e, sobretudo, anti-comunista, no seio desse corpo docente.

Em 1961, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, quase todos esses docentes catedráticos foram contrários à posse do vice-presidente e, depois, também se manifestaram abertamente contra o presidencialismo em 1963. Essas posturas eram adotadas não porque eles fossem contrários por princípio à idéia institucional de um executivo forte, mas porque achavam que o governo de João Goulart não dera estabilidade ao país. Temiam, como parte considerável da burguesia brasileira de então, a implementação das reformas de base acalentadas pelos sindicatos, por uma parte consistente da sociedade brasileira, e brandidas como ameaças pelo governo.

10. Sobre as reformas de base no governo Jango ver, entre outros, Moniz Bandeira, *O Governo João Goulart: as Lutas Sociais no Brasil, 1961-1964*.

De posições mais explicitamente conservadoras eram os docentes José Maria de Freitas, Rodolfo de Freitas, Otto Guilherme Bier, Antônio Bernardes de Oliveira e José Ribeiro do Valle¹¹. Com exceção do primeiro e do último, os demais atuaram nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) instaurados na Escola Paulista de Medicina logo após o golpe e a edição do AI-1 – que figuram entre os primeiros realizados em instituições públicas federais de ensino superior.

Difícil dizer, neste caso, até que ponto tentava-se proteger a instituição de uma repressão mais radical e, simultaneamente, eliminar ou amedrontar aqueles professores e alunos havia tempos identificados como inimigos políticos pelas alas mais conservadoras. As duas intencionalidades se confundiam, se dividiam e se sobrepunham entre os componentes dos grupos conservadores da Escola, como veremos.

Na Congregação, prevalecia um espírito conservador transversal. Isso, porém, não se traduzia automaticamente nos mesmos projetos e nas mesmas ações, reações e intervenções complementares à atitude repressiva do governo surgido em 1º de abril de 1964. O mesmo acontecia entre parte considerável dos alunos que, em geral, podiam ser divididos entre o grupo mais extenso dos conservadores moderados – fundamentalmente contrários a uma repressão capilar tanto entre eles como entre os docentes – e um grupo minoritário, mas ainda assim consistente, de militantes de direita.

Às vésperas do golpe, a famosa *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* teve, entre seus organizadores em São Paulo, o núcleo conservador católico da EPM que periodicamente realizava reuniões na sala do professor Rodolfo de Freitas no Hospital São Paulo. O núcleo contava com a presença de “alguns homens públicos que lá iam [...] todas as manhãs” e da Madre Ana de Lourdes, esta última considerada como uma das proponentes da própria marcha¹². Também não podemos esquecer que muitos dos catedráticos, que foram fundadores da EPM, tinham participado ativamente do Movimento de 1932¹³. Em São Paulo, esse Movimento fora apropriado e incluído no panteão ideológico da Marcha e do golpe. Expressão simbólica disso encontra-se no ato lembrado por Rosa Borges em um dia de aula na EPM logo após o golpe, conforme mencionado acima. De forma mais explícita, encontramos evidência dessa apropriação nas palavras do deputado Herbert Levy durante comício na Praça da Sé, no dia da Marcha – 19 de março:

Vossa presença neste momento histórico significa que o povo brasileiro não quer ditadura, não quer comunismo. Quer paz, ordem e progresso. O

11. Para dados biográficos desses docentes, ver José Ribeiro do Valle, *A Escola Paulista de Medicina: Dados Comemorativos de seu 40º Aniversário (1933-1973) e Anotações Recentes*.

12. Cf. biografia de Rodolfo de Freitas escrita por Afiz Sadi em José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, p. 148. A madre chamava-se Lucila Baptista Pereira, sendo ela também integrante da equipe do HSP. É importante dizer que as biografias que apareceram no livro de Valle foram escritas com o consentimento e a colaboração dos próprios biografados, que recebiam um esboço dos textos e podiam alterá-lo, aumentando, diminuindo ou reescrevendo partes inteiras. A correspondência oficial entre o autor, o diretor da Escola na época e os biografados encontra-se parcialmente conservada – ver, por exemplo, Acervo do CEHFI, pasta no 102 – *Marcos Lindenberg e UFSP 1*.

13. Sobre este assunto, ver capítulo II, tabela anexa.

povo está na rua revivendo o espírito de 32 em defesa da Constituição que fizemos com o nosso sangue. E, se preciso, iremos todos, velhos, moços e até crianças, para as trincheiras de 32. Esta é a advertência para o presidente da República e seu cunhado, para que não brinquem de comunismo no Brasil¹⁴.

Dessa forma, a EPM se mostrava como uma instituição na qual o novo governo civil-militar poderia intervir com rapidez e eficácia, facilitado pelas seguintes características: a) as origens sociais da quase totalidade de seus catedráticos e docentes, bem fincadas na alta classe média carioca, mineira e, sobretudo, paulista, dotada de uma visão política conservadora que, para muitos dos fundadores, vinha desde sua participação no Movimento de 1932; b) a origem social, também de classe média alta, da grande maioria dos alunos; c) ter sido uma escola particular e paga até 1956, quando foi federalizada em função de sucessivos problemas financeiros¹⁵, com um corpo docente e administrativo em grande parte ainda saudosos dos tempos da Escola privada, que tinha dificuldade em aceitar o novo *status* público (além de tudo federal), além de preservar uma forte identidade de escola particular de alto nível. Essas características foram reforçadas pelo fato de a Escola ainda querer manter-se, no período do golpe, como uma instituição isolada, lutando contra o processo em andamento que a tornava o centro de uma unidade universitária maior.

Todavia, a transformação em instituição pública federal, em 1956, abriu possibilidades e espaços pequenos, mas progressivamente ampliados, para o acesso de alunos provenientes da classe média baixa e, em casos raros, de setores populares. Assim como no restante do Brasil, a expansão das instituições universitárias, embora aquém das necessidades do país e feita com muitas discontinuidades e recuos, aumentou o corpo discente da EPM e o diversificou.

Entre 1956 (49 matriculados) e 1961 (43 matriculados), entraram em média quarenta alunos por ano (em 1960, os matriculados eram 45, em 1961, 43). Já em 1962, este número subiu para 64 e para 65 no ano seguinte. Em 1964, matricularam-se 97 alunos – número que só voltou a ser atingido em 1967. No ano do golpe, e considerando também o curso de Enfermagem, a EPM contava com pouco mais de quatrocentos alunos matriculados, não sendo mais a escola de público seletivo que os fundadores conheceram e empenhavam-se em preservar.

Como a historiografia já apontou amplamente, os anos que precederam o golpe foram caracterizados por reformas também no âmbito do ensino. Em um histórico das transformações ocorridas no ensino

14. Levy teria sido interrompido várias vezes pelos populares, aos gritos de “1, 2, 3, Brizola no xadrez” e “Verde-amarelo, sem foice e martelo”. Enquanto isso, a banda da Guarda Civil atacou a marcha “Paris Belfort”, o hino da Revolução de 32. “São Paulo Parou Ontem para Defender o Regime”, *Folha de S. Paulo*, 20 mar. 1964.

15. Ver capítulo 11.

superior feito em 1974, Perseu Abramo sintetizou claramente os aspectos que marcaram aquele período e tocavam também à EPM da época:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 é a primeira das três principais reações à escassez da rede escolar e ao tradicionalismo do ensino que haviam caracterizado a educação brasileira da primeira metade do século. As duas outras principais reações – e que, com a primeira, vão constituir as três principais características do período 1945-1964 – são o movimento pela co-gestão estudantil e a criação da Universidade de Brasília¹⁶.

Na Escola Paulista de Medicina, as primeiras expressões do movimento estudantil, que ocorreram também em outras universidades brasileiras desde o início dos anos de 1960, foram as agitações em prol da reforma universitária iniciadas em meados de 1962. Tais agitações foram desencadeadas a partir da Carta do Paraná, elaborada durante o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Curitiba, reivindicando “a regulamentação, nos estatutos das universidades, da participação dos estudantes nos órgãos colegiados, na proporção de um terço, com direito a voz e voto”¹⁷. Como foi reafirmado no manifesto aprovado pela Congregação da EPM, naquela greve de amplitude nacional eram “postas em debate questões como as referentes à organização das universidades e faculdades que as compõem, à autonomia universitária, à carreira docente, à seleção de estudantes, à definição dos objetivos do ensino superior, à representação do corpo discente nos órgãos diretivos”¹⁸. Ao mesmo tempo, no caso da EPM, os alunos chegaram a montar a tradicional barraca defronte ao HSP, uma vez que, ali, travava-se também uma luta em favor da federalização do hospital-escola. Episódios desse tipo revelam que os alunos da EPM, apesar da fama de conservadorismo que os estigmatizava, participaram ativamente dos movimentos que agitavam o ensino superior e a sociedade brasileira como um todo naqueles anos.

Matriculado na Escola em 1961, Walter Albertoni foi o primeiro representante do corpo discente a ingressar nas instâncias diretivas da EPM – primeiro no Conselho Técnico Administrativo (CTA), em 1963 e, depois, na Congregação, entre 1964 e 1965. De certa forma, sua figura sintetiza as mudanças que estavam ocorrendo. Católico, moderado, como jovem matriculado na Escola foi um dos mais ativos na greve pela federalização do HSP e no movimento que propunha a aplicação da Lei de Diretrizes e Bases na EPM no que se referia à representação estudantil, até então não respeitada. Ele era um estudante oriundo de uma família de classe média do interior do estado, assim como muitos

16. O texto de Perseu Abramo foi publicado na seção de educação do jornal *Folha de S. Paulo* em 31 mar. 1974, fazendo um balanço de dez anos do golpe na área da educação. Foi republicado em Bia Abramo (org.), *Um Trabalhador da Notícia: Textos de Perseu Abramo*, pp. 105-121. Sobre esse período, ver também João Roberto Martins Filho, “O Movimento Estudantil dos Anos 1960”, em Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho, *As Esquerdas no Brasil*, vol. 3: *Revolução e Democracia, 1964-...*, pp. 187-188.

17. Ver projeto *Memória do Movimento Estudantil*.

18. *Atas da Congregação*, 8 jun. 1962.

outros alunos de classe média baixa, filhos de trabalhadores ou simplesmente provenientes das famílias estabelecidas fora da capital. Para essas famílias e esses jovens estudantes do curso de Medicina e do ensino superior em geral, a EPM ainda se apresentava como um dos baluartes da defesa do ensino tradicional e dos costumes da antiga Escola particular. Albertoni lembra-se dos embates verbais intensos nas assembléias com um dos decanos da Escola, o professor Jairo Ramos, verdadeiro *deus ex-machina* da instituição, liderança contrária a qualquer reforma do ensino superior em sentido progressista, sobretudo no que se referia à participação estudantil. Albertoni, como muitos outros alunos, percebia uma conexão entre a abertura dos órgãos colegiados para os alunos e a federalização do Hospital, de modo a completar a transformação da Escola em instituição pública – estranhando que o hospital-escola que servia a uma instituição de ensino superior pública continuasse com uma gestão particular¹⁹.

A resposta unânime da Congregação aos alunos foi publicada num manifesto, no qual transparecem claramente as posições conservadoras do grupo de docentes que geria a EPM:

Senhores alunos, os meios universitários brasileiros vêm sendo sede de movimentos estudantis que, pela freqüência com que ocorrem, pela amplitude que tomam, pelo caráter de agitações que assumem e pelos motivos e métodos de que se servem, estão a exigir palavras autorizadas e atitudes definidas capazes de garantir, para a mocidade brasileira, a continuidade do processo de sua educação superior em harmonia com os característicos de nossa formação espiritual e os imperativos de desenvolvimento de nossa pátria. No momento em que esses movimentos, cada vez menos claros quanto à sua motivação, suas origens e seus propósitos ameaçam envolver todo o sistema nacional de ensino superior, a direção da EPM julgou de seu dever dirigir-se aos seus alunos, às suas famílias e à coletividade [...]. Diante do que foi dito, a primeira afirmação a ser feita é a de que, se os movimentos havidos ou em curso procuram impor medidas avulsas, de mais variada natureza e alcance, de maneira brusca e por métodos excepcionais, apresentadas como constituindo uma reforma universitária, todas elas se caracterizam por marcada inoportunidade e por infeliz desorientação [...]²⁰.

19. Depoimento de Walter Albertoni a Luigi Biondi em jan. 2008. Ver também depoimento de Cícero Brasileiro (março de 2007).

20. *Atas da Congregação*, 8 jun. 1962. O texto do manifesto consta da ata da reunião por sugestão de Jairo Ramos.

A resistência do corpo docente à transformação da EPM foi intensa. Porém, frente ao crescimento do movimento estudantil – com a greve se alastrando e se juntando ao debate sobre a estrutura da Escola (se fundação ou autarquia) –, às questões da federalização do HSP e da construção da UFSP, não havia como impedir este avanço. Os alunos

estavam inseridos num movimento nacional de reforma universitária, que afetava a própria Escola talvez mais do que outras instituições, justamente devido à estruturação da universidade federal. Ainda ao final de junho de 1962, o protesto estudantil continuava a ser debatido nas reuniões da Congregação, sobretudo no que se referia à questão da representação de um terço, pleiteada pelos alunos em todos os conselhos universitários. Em reunião ocorrida naquele mês, o professor Antônio Ferreira de Almeida Júnior, que fazia parte do Conselho Federal de Educação, comunicou aos colegas que aquele conselho não era favorável a um terço de representação, mas que esta tinha de ser garantida na “forma dos estatutos das respectivas entidades”, acrescentando que “a ingerência de representantes de alunos nas Congregações, somente tem trazido distúrbios, greves e rebaixamento do seu padrão de ensino. Acha que o exercício dos mesmos na Congregação deve ser reduzido ao mínimo, ou seja, nem voz, nem voto”²¹.

Uma primeira abertura ocorreu em agosto de 1962, graças à ação do então diretor Marcos Lindenberg, que fora eleito havia pouco tempo para um segundo mandato e, na época, estava bastante envolvido no processo de formação da UFSP e considerava que os alunos deveriam participar ativamente dos conselhos universitários, ainda que nos moldes de uma representação diminuta. Lindenberg convidou *motu proprio* três alunos para participar das discussões na Congregação (um dos quais devia ser o presidente do CAPB), “dentro do espírito da Lei de Diretrizes e Bases”. Na reunião seguinte, a Congregação legitimou a participação dos representantes dos alunos com direito a voz²².

O mandato de Lindenberg recebeu apoio de professores conservadores, como José Maria de Freitas e Rodolfo de Freitas²³. O nome de Freitas, porém, também apareceu na lista tríplice enviada para escolha do diretor pelo presidente da República. Lindenberg encabeçava a lista com quinze votos, seguido por Otto Bier (treze votos) e José Maria de Freitas (doze votos). A composição da lista e o número de votos que cada um dos três recebeu revelavam a consistência e a solidez do grupo mais conservador, que custou a aceitar as transformações em relação à participação estudantil, o fazendo apenas por respeito ao ato superior hierárquico de um diretor cuja competência na política acadêmica nacional, naquele momento, não podia ser posta em discussão²⁴. Um grupo que, a qualquer momento, podia facilmente se compactar de modo quase unânime – como tinha acontecido por ocasião do manifesto aos estudantes – e reverter a situação em curso, freando o andamento de algumas reformas.

A partir dos idos de 1962, tornava-se cada vez mais claro que a diretoria de Lindenberg, graças ao endosso da política de reforma uni-

21. *Atas da Congregação*, 22 jun. 1962.

22. *Atas da Congregação*, 6 e 17 ago. 1962, respectivamente.

23. De acordo com os dois, o melhor caminho a seguir era manter Lindenberg na direção. *Atas da Congregação*, 6 ago. 1962.

24. Na mesma reunião em que foi reeleito, Lindenberg simplesmente *comunicou* que ia convidar os representantes dos alunos para participar das sessões da Congregação. Ver *Atas da Congregação*, 6 ago. 1962.

versitária governamental, abria um canal de diálogo e de aliança com o movimento estudantil da EPM, ao mesmo tempo em que criava situações de conflito com os colegas docentes. Gradativamente, a partir de 1963-1964, a situação desembocaria em crise e ruptura, favorecidas pelo golpe. Um exemplo era a questão da federalização do HSP, que mobilizou os alunos: Lindenberg era claramente a favor, contando somente com o apoio de parte dos docentes, “admitindo que [o HSP] deva obter o mais cedo possível aquela federalização”, após ter enviado ao Governo Federal, em 1959, um projeto nessa direção, aprovado por três comissões do Congresso, mas que deixou de tramitar em 1961²⁵. A questão da federalização voltou com força na greve de 1967, como bandeira do movimento estudantil na EPM.

Nos anos que antecederam o golpe, o processo de federalização continuava incompleto, com a manutenção do hospital-escola sob administração da SPDM. Aliada a isso, a progressiva integração da EPM na UFSP dava outro sentido aos protestos dos alunos da Escola. As reformas no ensino superior representavam, nesse contexto, o desejo dos estudantes em conquistar uma “normalização”, ou melhor, uma adequação ao movimento de reestruturação nacional das universidades e, efetivamente, uma inserção completa no mundo universitário propriamente dito. Superar a “anormalidade” do *status* de escola isolada era um objetivo político básico de parte substancial do alunado epemista. A busca desse objetivo expressava-se de muitos modos, começando pela ação dos entusiastas da adesão à mobilização estudantil nacional, passando pelos envolvidos na luta com objetivos exclusivamente internos (como a federalização do HSP), até chegar às atividades político-culturais inseridas nas questões nacionais do movimento estudantil. Na Escola, essas atividades adquiriam um sentido radical, talvez devido à ausência de uma ligação direta com faculdades de ciências humanas.

Ainda em 1962, um embate entre os alunos e o corpo docente explicitou as tensões e a existência de desejos incompatíveis. A chegada de um novo professor de anatomia que mudou bruscamente os critérios de avaliação levou a um crescimento notável de estudantes reprovados nessa cadeira. De acordo com o regimento da Escola, os que fossem reprovados em mais de uma disciplina eram obrigados a repetir o ano todo, o que deixou grande parte dos alunos da turma em dependência. O representante da turma, Walter Albertoni, foi enviado à Faculdade de Medicina da UFRJ, na Praia Vermelha, para obter cópia do regulamento ali vigente, que foi levado à apreciação do diretor Marcos Lindenberg. Se a EPM era uma instituição de ensino superior federal, devia se adequar ao regimento da principal delas na

25. Atas da Congregação, 15 jun. 1962.

área da saúde (que era a do Rio de Janeiro), cujas cláusulas permitiam até duas reprovações por ano.

A política estudantil na EPM sempre girou em torno de duas organizações: o CAPB, que existia desde a fundação da Escola em 1933, e a Associação Atlética Acadêmica. Os dois grupos, que mais ou menos se equivaliam numericamente, representavam, grosso modo, a divisão entre alunos com sensibilidade progressista e os de tendência conservadora. Rótulos e acusações mútuas entre os dois não faltam ainda hoje, sobretudo nas memórias dos alunos das décadas de 1960 e 1970. Para os da Atlética, os colegas do CAPB eram “comunistas” (às vezes adjetivados de “terríveis”), que por sua vez definiam os outros como “fascistas”, “ccc” ou, mais bondosamente, “alienados” (adjetivo utilizado também para definir a quase totalidade dos docentes na época).

A partir dos anos de 1960, as identidades político-culturais destes dois grupos, diferentes em seus objetivos havia muitos anos, foram se definindo em torno de valores, projetos, idéias e representações cada vez mais antagônicos. O contexto nacional daqueles anos, não apenas o propriamente político, mas com as transformações sociais, ganhou corpo na Escola por meio da radicalização das posições nas duas agremiações estudantis. De um lado, um centro acadêmico cada vez mais expressivo do movimento estudantil politizado de esquerda (no sentido amplo em que este termo pode ser utilizado, ainda mais naquele período); de outro, uma associação estudantil esportiva, cujos membros faziam profissão de fé conservadora, contrários a todo tipo de atividade que se parecesse com “comunismo”. No início da década de 1960, especialmente em torno de 1962-1963, os embates entre os dois começaram a se tornar mais intensos.

Vejamos o que disse a respeito o hoje professor e então estudante Durval Rosa Borges, que realizou atividades culturais e na imprensa do CAPB a partir de 1962 (ano em que se matriculou):

[...] entre os estudantes [...], as posições eram claramente divididas. É interessante você ver que estas divisões vêm até hoje, independente de qual partido estejamos falando. Você tem o grupo que centra em volta do Centro Acadêmico e você tem o grupo que fica em volta da Atlética. Geralmente, o grupo da Atlética é o pessoal mais conservador, não quer saber de política e de ficar perdendo tempo com isso [...]. É interessante como até de certa maneira o discurso do grupo estudantil ligado ao DCE, ao Centro Acadêmico, é muito mais radical do que o de antigamente. Mas as ações de antigamente não eram mais violentas, mas eram mais divertidas. Bom, no fundo eram mais violentas, porque sabe como resolvia o impasse de assembléia estudantil? De repen-

te um grupo que achava que ia perder a discussão, a votação, no final saía no corredor pegando tudo que era extintor de incêndio e entrava.... shhhhh.... aquilo acabava a assembléia, acabava tudo²⁶.

Em sentido semelhante expressou-se Albertoni, ao afirmar que,

[...] na época, o aspecto político era intenso e muito radicalizado. Na EPM, talvez por sua origem e longo tempo como instituição privada, tanto professores como alunos em sua larga maioria eram definidos como de direita e extremamente conservadores. A minoria de espírito progressista ou socialista, tanto professores como alunos, eram bem “marcados” como de esquerda ou comunistas²⁷.

O período pós-1964 reforçou ainda mais esta tendência à polarização e à contraposição, como outros depoimentos deixam entrever:

Animosidade em assembléias e mesmo tentativas de agressões físicas por parte daqueles que odiavam os “comunistas” e a “esquerda” do Centro Acadêmico eram comuns, bem como “dedações” de alunos que se gabavam de suas relações com órgãos de segurança. Era constante a pressão política, no sentido inclusive de levar a possíveis denúncias dos indivíduos de esquerda²⁸.

A prática vigente e muito difusa, adotada por parte dos estudantes e docentes da EPM, de rotular depreciativamente como “comunista” todo membro do movimento estudantil, continuou e se reforçou depois do golpe: “ganhei fama de comunista em 1964, por ser uma estudante de medicina que usava calça comprida e lia Sartre” declarou Regina Elza Solitrenick, lembrando os dias em que começou a atuar no CAPB e no movimento estudantil, na EPM²⁹.

No fundo, as definições políticas no interior das duas agremiações estudantis nunca foram realmente homogêneas. O que prevaleceu foi, no caso do CAPB, uma identificação genericamente progressista e politizada, de aspecto moderado, de militância não-partidária, que gradativamente assumiu características mais marcantes de esquerda (como já afirmei, num sentido muito amplo) dos pontos de vista ideológico e prático-organizativo. Já no caso da Atlética, havia fundamentalmente uma propensão geral de valorização do desempenho esportivo e acadêmico. Em ambas, porém, havia, desde sua fundação, grupos militantes minoritários bastante ativos: no CAPB de esquerda, na Atlética de direita. A influência dos dois núcleos mais radicais foi aumentando, a ponto de chegar à contraposição, por vezes violenta, freqüentemente muito

26. Depoimento de Durval Rosa Borges a Luigi Biondi em 17 ago. 2007.

27. Depoimento de Walter Albertoni a Luigi Biondi em jan. 2008.

28. Depoimento de A. a Luigi Biondi em 2007.

29. Regina Elza Solitrenick, “Eram os Anos 60”, 19 set. 2005, disponível em <http://www.amigosdozedirceu.blogspot.com.br>. Devido a sua atuação no movimento estudantil, Solitrenick, que entrou na EPM em 1964 e se formou em 1969, foi identificada diversas vezes – uma delas no congresso da UNE em Ibiúna, quando era aluna da EPM. Depois de formada, chegou a ser presa e torturada numa operação do DOI-CODI. Ver AESP, Deops, prontuário nº 145.425.

dura, sobretudo nos anos em torno de 1964. A polarização cresceu depois do golpe, no contexto liberticida da ditadura, diante das limitações que gravavam sobre as organizações estudantis, uma vez que até posições reformistas moderadas ou não-definíveis em uma classificação partidária rígida tornavam-se alvos da repressão.

Houve processos de mutações políticas que expressaram o contexto da época. O CAPB de 1960 não era o mesmo em 1969: o que tinha mudado era justamente o crescimento de posições de esquerda – o que, insisto, não deve levar à conclusão de que existia uma homogeneidade e uma identidade esquerdista *tout court*. Esta somente apareceu como hegemônica em alguns momentos, sobretudo em torno de 1967-1970 e, ainda assim, foi heterogênea, identificável quase exclusivamente com a defesa firme do movimento estudantil organizado, atuante contra a ditadura, e com propósitos reformadores do ensino superior, da educação em geral, da saúde pública e do mundo médico.

Entre o ano da federalização (1956) e a abertura democrática de fins dos anos de 1970, pode-se dividir e identificar a atuação do movimento estudantil na EPM em algumas fases principais.

Até 1961-1962, as diferenças de posicionamento político entre o CAPB e a Atlética eram menos evidentes. Também no Centro Acadêmico prevaleciam diretorias de tendências conservadoras, levando a uma forte concordância entre os docentes e os alunos desse ponto de vista. Diferentemente dos membros da Atlética, os alunos conservadores que integravam ou se identificavam com o CAPB não contestavam a importância da participação no movimento estudantil, considerado um espaço político imprescindível. Nesse período, duas chapas, uma de direita e uma de esquerda, se enfrentavam anualmente nas eleições do CAPB, mas a primeira levava sempre a melhor. O ambiente conservador da EPM era tão evidente nesse período, que o Centro Acadêmico chegou a encabeçar a oposição direitista no congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) de 1963 (que elegeu como presidente da entidade o candidato da Ação Popular-AP, José Serra), apresentando como candidato de oposição seu presidente, Luiz Fernando Ferreira.

Já durante a década de 1950, apesar do predomínio católico-conservador e udenista na EPM, agia dentro do CAPB um pequeno núcleo de ativistas, alguns filiados, outros simpatizantes, do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entre estes, destacamos Fábio Ancona Lopez, que se formou em 1963. Ele e seu grupo mantinham uma atividade intensa no movimento estudantil e em diversos casos, de 1960 a 1964, conseguiram construir maiorias nas assembléias em torno de uma ou outra proposta – sinal do crescimento do número de estudantes que se

posicionava de forma progressista e genericamente de esquerda contra o grupo de direita. O próprio Ancona Lopez chegou a ser membro da diretoria da União Estadual dos Estudantes (UEE) e representou a entidade no Comitê de Solidariedade a Cuba, em 1961, após os eventos da Baía dos Porcos.

Num panorama de cerca de quatrocentos alunos, a chamada “célula comunista da EPM” não contava mais que dez pessoas, muito integradas nas atividades políticas extra-escolares e com uma progressiva capacidade de ampliar sua liderança e chegar a formar um círculo de simpatizantes comunistas. Tratava-se de uma rede heterogênea e cada vez mais ampla de alunos que podiam ser definidos como esquerdistas. Esta ampliada influência era reconhecida pelos outros colegas e pelos docentes, embora fosse instrumentalmente muito exagerada. Ao mesmo tempo, com a movimentação em prol das Reformas de Base, o crescimento do movimento estudantil nacional e a situação delicada em que se encontrava a EPM por conta da UFSP (que a tornava, contra sua vontade, um elemento de ponta do reformismo no governo Goulart), a militância desses poucos alunos era facilmente identificável e seria exemplarmente reprimida em 1964.

As posições políticas foram mudando aos poucos e os elementos de esquerda começaram a se destacar nas atividades do CAPB. O início dessa mudança pode ser fixado entre 1962-1963, quando os membros do Centro Acadêmico envolveram-se no movimento estudantil nacional, com suas propostas reformistas e contrastantes com as do corpo docente conservador da Escola. Como vimos, houve participação na greve de 1962, endossando a proposta da UNE de co-gestão estudantil, a luta pela federalização do HSP e, sobretudo, um aumento considerável da atividade cultural e da imprensa, com a intensificação de artigos de análise social e política n’*O Bíceps* e n’*O Barretinho* – o primeiro um tablóide de várias páginas e o segundo uma folha mimeografada com periodicidade irregular.

O aspecto de centro cultural do CAPB, que não se perdeu mesmo após o AI-5, foi reforçado nesse período, na esteira do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. As atividades iam desde os cineclubes até a organização de palestras e conferências versando sobre temas culturais, sociais e políticos.

Ainda em 1963, alunos do CAPB, em particular os comunistas, articularam-se para inviabilizar a eleição de um colega da EPM – Luiz Fernando Ferreira – como presidente da UNE no congresso de Santo André: “aí nós começamos a minar a candidatura do Luiz, falávamos: ‘não acredita no que ele fala, porque o cara é de direita, um baita rea-

cionário’”³⁰. Em seguida, nas eleições à presidência do CAPB para o ano de 1964, a candidatura independente de Walter Albertoni – que não se definia como de esquerda e tinha sido vice-presidente em 1963 – obteve o apoio da chapa esquerdista, que se retirou e fez confluir seus votos para ele, compondo também a diretoria do centro. A chapa de direita, naquela ocasião capitaneada por estudantes da chamada “direita barulhenta e violenta”, alguns ligados à Atlética, foi derrotada na véspera da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* ocorrida em São Paulo a 19 de março daquele ano, no período de significativa radicalização da situação política nacional.

O golpe de Estado surpreendeu os alunos e muitos outros cidadãos brasileiros, impotentes e desorganizados politicamente frente à solução autoritária do governo civil-militar. O novo governo encontrou na EPM apoio entusiasmado de muitos catedráticos e alunos. Uma nova estação se abriu na Escola e no seu movimento estudantil.

O IPM instaurado alguns dias depois do golpe ajudou a acertar contas entre os docentes, entre alguns destes e os alunos e entre os próprios alunos, não apenas no plano político, mas também profissional e pessoal. Aparentemente, o aumento do protagonismo político do movimento estudantil de esquerda na EPM deveria ter sido destruído pela ação dos IPMs. Todavia, os alunos da Escola vivenciaram uma onda progressiva de radicalização e participação política, junto com a reativação do movimento estudantil no plano nacional, que só se atenuou depois de 1970. O Pereira Barretto tornou-se um centro acadêmico mais atuante, majoritariamente orientado à esquerda, como nunca fora até então.

Os Inquéritos de 1964

A ação repressiva após o golpe foi sentida na EPM em três frentes, numa ação conjunta que envolvia alguns docentes e o aparato repressivo do Estado (Deops e Justiça Militar). Tratando-se de uma escola de ensino superior isolada, obviamente não se alcançou a mesma abrangência dos inquéritos realizados em universidades ou sindicatos, porém não teve grande diferença em relação ao que estava ocorrendo em outras faculdades de medicina³¹. A ação repressiva foi rápida, pois contava com o apoio explícito de alguns catedráticos e de alunos simpáticos ao golpe, que tinham enfrentado a gradual transformação progressista do CAPB e o crescimento da mobilização estudantil. Havia ainda um ambiente no qual, embora se vivenciasse um processo de renovação política tendencialmente progressista, resguardava-se um difuso sentimento anti-Goulart e, eventualmente, favorável à solução golpista naquele momento³².

30. Depoimento de Carlo Pollini Quintieri a Luigi Biondi em 24 set. 2007. Os eventos ligados ao congresso de Santo André também foram mencionados por outros depoentes.

31. Na Faculdade de Medicina da USP, um IPM indiciou nove professores, o presidente da Associação de Funcionários do Hospital das Clínicas e o presidente do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz. Sobre este IPM ver Luiz Hildebrando Pereira da Silva, *Crônicas de Nossa Época*.

32. Sobre isso concordam todos os entrevistados.

Um inquérito foi instaurado contra os alunos considerados politicamente mais atuantes e outro contra os docentes comunistas. O terceiro golpe foi desferido contra Marcos Lindenberg, então reitor da UFSP.

Devemos lembrar que esta ação repressiva foi elaborada pontualmente, com precisão cirúrgica (perdoem a estranha metáfora, tratando-se de uma escola de medicina). Aterrorizando alunos mais politizados, o objetivo era demitir luminares da medicina brasileira, afastar uma liderança político-acadêmica de alcance nacional, reforçar o grupo de poder conservador e corporativo que administrava a EPM havia décadas e que tinha perdido espaço frente à aliança entre os projetos reformistas no interior da Escola, o Governo Federal e o movimento estudantil para incluir a EPM em um pólo universitário de maior envergadura.

O espaço foi parcialmente recuperado após a saída de cena de Lindenberg, nomeado reitor da UFSP, após vários embates com os colegas entre 1962 e ao longo de 1963 acerca dos rumos e tempos da expansão. Em janeiro de 1964, a lista tríplice remetida ao presidente da República para a nomeação do diretor da Escola era composta pelos nomes de José Maria de Freitas, Antônio Bernardes de Oliveira e Otto Guilherme Bier³³. Não por acaso, os últimos dois docentes comporiam a comissão que atuou no IPM de 1964.

Alguns dias após o golpe, exatamente em 9 de abril de 1964, a Congregação se reuniu para fazer o balanço da situação. Esta foi também a primeira reunião de Walter Albertoni e Wandercy Bergamo (respectivamente presidente e vice-presidente do CAPB, este último com posições claras de esquerda) como representantes discentes. Albertoni ainda hoje associa a semana pós-31 de março a um sentimento de medo:

[...] a situação foi dramática, muito difícil. Fiquei com muito medo, porque era o diretor do CAPB e tinha sido eleito numa coligação com alunos de esquerda conhecidos. Os alunos de extrema direita começaram a me ameaçar, jogavam panfletos de esquerda na minha mesa no CAPB, na sala de aula. Minha família, de Marília, me convidava a voltar para lá, mas pensei que desta forma ia piorar a minha situação, ia ser considerado fugitivo. Um dia vi que um conhecido aluno de extrema direita [*omissis*] estava recolhendo um abaixo assinado para me condenar como comunista e fazer uma lista de alunos culpáveis. Outro aluno [*omissis*], convidou pessoal do DOPS numa assembléia para criar confusão e prender alguns colegas³⁴.

33. *Atas da Congregação*, 15 jan. 1964.

34. Depoimento de Walter Albertoni a Luigi Biondi em jan. 2008.

A busca de uma saída foi tentada por dois caminhos. Albertoni procurou o professor Jairo Ramos, reconhecido como um conservador honesto e não vingativo, e lhe explicou que, apesar dos embates

ocorridos entre os dois, Ramos devia saber que ele não era comunista e que estavam tentando acusá-lo injustamente. Jairo Ramos impediu que circulasse na congregação a lista acusatória formada pelos alunos de direita com os nomes dos colegas ativos no movimento estudantil para ser entregue à direção³⁵. Ao mesmo tempo, Albertoni procurou o deputado estadual Fernando Mauro, do Partido Democrata-Cristão (PDC), médico que sua família conhecia bem, para explicar a situação e impedir uma ação do Departamento Estadual de Ordem Pública e Social³⁶. O deputado marcou um encontro com o presidente da Assembleia Legislativa, Ciro de Albuquerque. Durante o encontro, Albertoni foi apresentado e pediu que fosse emitido um comunicado oficial onde constasse se havia alunos fichados no Deops. Mauro recebeu no dia seguinte uma declaração negativa a respeito da presença de alunos da diretoria do CAPB no Deops, que foi apresentada por Albertoni em reunião realizada em 9 de abril³⁷. Por intermédio de Mauro, tinha sido marcado outro encontro, para o dia seguinte, com o diretor do Deops, “ocasião em que colocaremos à disposição de sua Excelência” – declarou Albertoni na Congregação,

[...] os arquivos e fichários do CAPB para a competente vistoria bem como facilitaremos a S. Exc. entrevista com cada elemento da Diretoria do CAPB a fim de que a autoridade competente possa avaliar as reais tendências políticas deste centro acadêmico. Por outro lado, levaremos e nominaremos ao Diretor do DOPS pessoas que nesta escola, acobertados pela bandeira da democracia e usando o nome do DOPS tem coagido, ameaçando esta Diretoria democrata e democraticamente eleita pela maioria dos alunos desta Escola. Com estas medidas visamos colaborar com o governo a fim de que o vitorioso movimento democrático de 31 de março de 1964 não se ponha e perder pela ação nefasta de aproveitadores da ocasião³⁸.

Esta estratégia freou um pouco o ímpeto repressor de alguns docentes e alunos para uma ação indiscriminada do Deops na EPM, pois a identidade de vários delatores e colaboradores da polícia política poderia ser revelada, num momento em que o futuro da solução golpista ainda era incerto. Porém, tudo isso não evitou que Albertoni fosse fichado no IPM na qualidade de presidente do CAPB, junto com outros colegas.

A reunião da Congregação de 9 de abril tinha começado com uma discussão sobre a cadeira de Biofísica, devendo-se tomar uma posição sobre o caso do professor Sebastião Baeta Henriques, que era o titular e estava sofrendo um IPM, juntamente com sua esposa e pesquisadora do Instituto Butantan, Olga Bohomoletz, e Mário Schenberg, do Institu-

35. Depoimento de Walter Albertoni a Luigi Biondi em jan. 2008.

36. Fernando Mauro Pires Rocha fez o parto de Albertoni. Sua base eleitoral era a região de Marília, tendo sido eleito com 10 997 votos na legislatura estadual paulista de 1959-1963; com 9 435 votos na legislatura 1963-1967 e, novamente, na legislatura 1969-1971. Os dados podem ser conferidos em www.al.sp.gov.br/web/legislativo/parlamento/capitulo4/parte19.pdf, acesso em jan. 2008.

37. *Atas da Congregação*, 9 abr. 1964.

38. *Atas da Congregação*, 9 abr. 1964.

to de Física da USP. Logo depois começou um ataque vindo do professor Antônio Bernardes de Oliveira, titular da cadeira de Cirurgia, que pediu por escrito o estabelecimento de uma repressão ampla e efetiva dentro da Escola³⁹:

Considerando que o recente movimento revolucionário democrático derrubou um Governo nitidamente totalitário e esquerdizante, considerando que essa vitória só se efetivará realmente quando estiverem afastados das posições de mando todos os que contribuíram para a crescente infiltração e implantação de idéias e providências esquerdizantes [...] proponho que seja enviada simultaneamente ao Governo do Estado e ao II Exército, a relação completa dos componentes do quadro docente, administrativo e discente da EPM e HSP, para efeito de obter informações quanto à atuação dos mesmos na trama contra o regime, e ainda, proponho que sejam tomadas as necessárias medidas para a devida punição, inclusive com o afastamento de suas posições e funções de todos aqueles professores, assistentes, auxiliares de ensino e funcionários [...] que possam ser considerados nocivos à consolidação da remodelação democrática visada pela revolução⁴⁰.

Bernardes de Oliveira pretendia que o documento fosse endossado pela Congregação. Mas, como vimos, depois da intervenção de Albertoni (representante dos alunos), alguns docentes começaram a se posicionar de modo diferenciado. Entre os vários que falaram, José Leal Prado de Carvalho votou contra a proposta de Oliveira pois, em seu entender, isso significava “colocar mais lenha na fogueira”. Rodolfo de Freitas elogiou Albertoni, dizendo que estava de acordo com o espírito da sua proposta, mas não com a forma e pediu que fosse transformada em simples pedido de informações da EPM para o governo. Azarias de Andrade Carvalho sugeriu que a Escola deveria estar inteiramente à disposição para averiguações, mas que não precisava adiantar as informações caso não fossem solicitadas. Assim, após um amplo debate, ficou decidido que o documento fosse novamente redigido e recebesse então a assinatura dos professores da Escola que desejassem apoiá-lo⁴¹.

Ainda assim, o IPM contra os estudantes teve início em abril. Como todos os outros instaurados no mesmo período em São Paulo, foi presidido por José Tinoco Barreto, juiz-auditor da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, e integrado pelos professores Rodolfo de Freitas, Otto Bier e Antônio Bernardes de Oliveira – apoiadores do golpe e da repressão interna que se tornaram, assim, braços naturais da intervenção político-militar na instituição.

39. Com um passado constitucionalista, Antonio Bernardes de Oliveira foi major médico em 1932. Em 1965, chegou a frequentar os cursos da Escola Superior de Guerra. Ver outros dados biográficos em José Ribeiro do Valle, *op. cit.*

40. *Atas da Congregação*, 9 abr. 1964.

41. *Idem.*

Todos os alunos envolvidos no mesmo IPM foram acusados de subversão e, sobretudo, atividade comunista. Três acadêmicos – Cícero Brasileiro, Tsuyoshi Yamashita e Carlo Pollini Quintieri – foram agrupados e identificados como atuantes em conjunto, como se constituíssem um micro-grupo dentro do CAPB, com forte grau de politização e envolvimento. Fábio Ancona Lopez, ex-aluno recém-formado, também foi acusado no IPM, e ouvido pela mesma comissão. Finalmente, Walter Albertoni não foi poupado do inquérito, apesar do apoio recebido do deputado Fernando Mauro e de Jairo Ramos, aplicando-se a ele o silogismo em voga no movimento anti-Jango: quem recebia o apoio da esquerda e dos comunistas era comunista também. Albertoni tinha sido eleito para a presidência do CAPB com o apoio dos estudantes esquerdistas, entre os quais se destacavam Brasileiro, Yamashita e Quintieri.

De fato, os três participavam assiduamente, havia tempos, de diversos grupos e reuniões do Partido Comunista Brasileiro. É interessante elaborar um panorama de suas trajetórias como militantes no movimento estudantil e fora dele. Seus percursos evidenciam os modos diferentes, todavia convergentes, pelos quais se deu o despertar político na primeira metade da década de 1960, ajudando a entender o crescimento gradual, mas intenso, da identificação com grupos e partidos de esquerda ou reformistas no meio estudantil e como este tinha se transformado nos anos que antecederam o golpe.

Brasileiro e Yamashita não vinham de famílias com experiências militantes de esquerda, nem com experiências de participação política ativa. O pai de Brasileiro era um advogado com simpatias udenistas, mas não era partidário. Já Tsuyoshi era filho de imigrantes japoneses instalados no interior de São Paulo que nunca se interessaram ativamente pela política brasileira.

Também no caso de Carlo Pollini Quintieri, o que mais tinha precedentes políticos e uma história familiar que se desenvolveu quase exclusivamente em bairros operários de São Paulo, não se pode dizer que fosse filho ou assíduo freqüentador de meios militantes. Cresceu com a mãe e os avós maternos, imigrantes italianos setentrionais, no bairro da Mooca. O avô era um operário têxtil especializado que tinha aprimorado seu ofício e tornara-se gerente de alguns setores de fabricação de tecidos em diversas indústrias de São Paulo, sendo genericamente socialista. Segundo Pollini Quintieri, mais que a ideologia vagamente anarco-socialista do avô materno, foi a avó que o sensibilizou para as questões sociais desde criança e ao mesmo tempo estimulou nele a associação entre esta visão social e a profissão médica. Para Quintieri, a militância começou durante o curso secundário e prosseguiu no pe-

ríodo em que cursou odontologia na USP. Nessa fase da sua vida, portanto antes de entrar na EPM, ele participou ativamente do movimento estudantil, no centro acadêmico da Faculdade de Odontologia da USP, chegando a ser eleito diretor social do centro e mais tarde segundo secretário da UEE. Foram anos de intensa atividade política para o jovem Carlo, que começou a freqüentar também reuniões do PCB, ao qual foi filiado até os dias do IPM na Escola Paulista de Medicina. Quintieri participava regularmente de reuniões e atividades político-culturais na União Estadual e na União Nacional dos Estudantes – fazendo, como outros colegas, a intermediação com o Partidão, lembrando-se ainda hoje, sobretudo, dos encontros no escritório do advogado Rio Branco Paranhos e também do dia em que foi preso temporariamente na delegacia de Santo André com outros colegas da odontologia e farmácia da USP, quando foram realizar comício relâmpago e panfletagem em portas de fábricas a favor da posse de Jango⁴².

Também para Brasileiro e Yamashita, a militância se intensificou com a entrada no curso superior. Diferentemente de Quintieri, ambos eram recém-egressos do secundário. Os dois aproximaram-se mais do PCB, chegando a se filiar de modo informal e a participar assiduamente das reuniões em organizações de base do Partidão formadas quase exclusivamente por estudantes. Ainda assim, os três não faziam parte da mesma célula, freqüentavam grupos diferentes dentro do PCB, mas pode-se dizer que, no âmbito do CAPB e em geral da atividade estudantil na EPM, constituíam uma micro-célula, além de se identificar com o grupo mais amplo de “esquerda”. Tratava-se, efetivamente, de uma militância “leve” dentro do PCB, ainda que cada vez mais assídua, típica do meio estudantil universitário dos anos que antecederam o golpe, muito mais ligado ao movimento estudantil do que às estruturas partidárias⁴³.

Cícero Brasileiro tinha se tornado marxista a partir de leituras próprias, no secundário, e a entrada no curso de Medicina tinha origem nas suas preocupações sociais. Uma vez matriculado no ensino superior, sua sensibilidade para a transformação social encontrou eco na efervescência social e cultural do período. Na EPM, ainda que esse processo fosse tímido quando comparado ao que ocorria em outras instituições de ensino superior, a efervescência também encontrou espaço, sobretudo a partir da atuação de estudantes como Brasileiro.

Quanto a Yamashita, o caminho em direção à militância comunista foi um pouco diferente. Começou no secundário, no Colégio Roosevelt, na Liberdade, e a partir de sua experiência na igreja Holyness do Brasil (uma vertente metodista difundida entre os imigrantes japoneses). Ali, ele entrou em contato com um colega de origem japonesa,

42. Depoimento de Carlo Pollini Quintieri a Luigi Biondi em 24 set. 2007: “O Jânio renunciou, eu estava na Faculdade de Odontologia e não queriam dar a posse para o vice-presidente que era o João Goulart, era o prenúncio do golpe, né? E um grupo da Faculdade de Odontologia, de esquerda, lógico, falou: ‘vamos para Santo André fazer uma convocação de uma greve-geral’, isso em assembleia deliberada, e coube pra gente ir a Santo André, porque eu tinha um carro [...]. ‘Peguemos os folhetos e vão para a Avenida Industrial’. Aí esperaram a gente fazer aquele comício grandão, distribuir os panfletos, tal, os panfletos eram impressos na Politécnica, incitando os trabalhadores da greve a dar a posse ao vice-presidente”.

43. Assim relembra Cícero Brasileiro do PCB do período: “[...] o partido era uma ficção, o partido não existia. Que era o Partido Comunista? Eram pessoas, alguns marxistas, pessoas que se diziam marxistas, que se reuniam pra conversar, não tinha uma orientação que vinha de cima, isso não existia, era uma ficção, era muito fraca a organização, tanto é que veio o golpe e não aconteceu nada, quer dizer, a direita exagerava a força dos comunistas, eles não tinham força quase nenhuma, aliás, esse era outro mérito da comissão de inquérito, mostrou fraqueza, né? A nossa fraqueza, eles eram muito mais fortes”.

comunista, ambos participando do PCB e, como estudantes universitários, da União Cristã dos Estudantes do Brasil, que tinha posições de esquerda, com membros atuantes na Ação Popular e no PCB. Diferentemente de Brasileiro, que vinha de uma família de classe média (o pai era advogado e participou da defesa dos três estudantes no IPM, mas não era de tradição de esquerda), Yamashita era filho de imigrantes lavradores e pequenos proprietários – tanto que uma das acusações que lhe moveram foi em relação a um artigo sobre reforma agrária escrito por ele e publicado n’*O Biceps*, no qual havia várias referências à sua história pessoal.

O grupo de docentes que atuou no inquérito focalizou suas acusações na chamada atividade subversiva antinacional, atacando diversos tipos de ações estudantis. Desta, escaparam as ações especificamente culturais (que constituíam grande parte das manifestações dos alunos) e partidárias – pois estas, talvez com exceção de Ancona Lopez, eram bastante tênues. Em primeiro lugar, foi destacada a intensa participação (notória para todos eles, menos para Albertoni) na UEE e na UNE, sobretudo no congresso de Santo André em 1963. Em segundo lugar, foi frisada a atuação dos estudantes, por meio de artigos n’*O Barretinho* e n’*O Biceps*, como defensores do movimento estudantil, propagandistas das reformas de base e da cultura antagonista e em particular do conteúdo das peças, filmes e outras manifestações propugnadas pelos CPC da UNE. Em seguida, vinha toda uma série de acusações políticas, que iam desde “quem pichou nos muros da Escola ‘fora Lacerda!’” a como se configurava o envolvimento de cada um nas estruturas do PCB e se havia ligações com outros estudantes e docentes.

Todo o aparato de perguntas, suspeitas e acusações era direcionado a formar a acusação de atividade antinacional a membros capilares do Partido Comunista. Exceto por uma ou outra posição explícita dos estudantes inquiridos, não havia diferenças substanciais de participação entre os estudantes que se reconheciam no “grupo de esquerda” e no grupo democrático mais amplo que editava *O Biceps* e *O Barretinho*. A rapidez e a objetividade com as quais esses alunos foram identificados são indícios das ligações entre alunos e docentes de direita existentes pelo menos desde a radicalização do ambiente político nos anos de 1962-1964 e, sobretudo, desde a derrota de Luiz Fernando Ferreira no congresso da UNE e da vitória da chapa encabeçada por Albertoni para a diretoria do CAPB.

A militância estudantil e partidária dos alunos inquiridos terminou com aquele IPM, apesar de não ter ocorrido condenação alguma. Não houve prisão nem expulsão, somente atraso na formação. Cíce-

44. “Depois que entrou a ditadura e teve esse IPM, a gente ficou sem muita ação, aí acabou. Os partidos políticos destruídos, nesse período de 1964 a 1968 ficaram meio parados, não tinha muito que fazer, mas a UCEB se reuniu e continuou e eles fizeram um projeto em 1965-1966 com uma universidade americana, e a gente foi para o Nordeste, Recife, junto com a Universidade de Cornell, a gente se reuniu lá e ajudou a construir uma igreja, em associação com um padre lá de um bairro que se chama Ponte dos Carvalhos [...], esse era um padre de esquerda. O intuito era mostrar a realidade brasileira no sertão. Ao nível da EPM não teve muita coisa mais. Em 1968 me formei, aí fui servir o exército como médico”.

45. “Eu fui a algumas reuniões e tal, mas aí o que acontece em uma dessas reuniões: eu já estava no Hospital do Servidor, as meninas pegaram e levaram livros para deixar na garagem lá de casa, e a polícia soube que levaram os livros lá. Alguém deve ter falado. Eles me prenderam, aí eu fui lá na OBAN, passei uns dias lá, para mim foi uma eternidade, mas eu vi os processos, acho que foram dois ou três dias, aí depois eu fiquei uma semana, dez dias lá no DOPS, até cheguei a apanhar um pouco, mas não muito, só ameaça, no primeiro dia me deram umas pauladas, mas depois me puseram no ‘pau de arara’ e me bateram, mas depois só ameaça.” Todavia, não foi condenado no processo que se seguiu.

46. Somente em 1980 Fábio Ancona Lopez passou a ser docente da EPM.

47. Essa lei extinguiu a UNE e as UEES e, ao proibir a existência de centros acadêmicos ligados a estas entidades, criava-se os diretórios acadêmicos. Todas as instâncias de representação estudantil passavam a ficar subordinadas ao MEC.

48. Por causa dessa greve, Beltrame Ribeiro e Marcos Ferraz foram muito bem recebidos em um congresso da UEE realizado em Piracicaba. Beltrame Ribeiro lembra jocosamente que “o Marcos dizia, em declaração à imprensa, que se tratava de um ‘churrasco de confraternização’ e não uma greve”. *Questionário Militância EPM (Artur Beltrame Ribeiro)*, 2007. Marcos Ferraz é atualmente pro-

ro, Tsuyoshi e Carlo praticamente saíram do “bonde” de sua turma e, portanto, da progressão seriada típica das faculdades de Medicina. Perderam o ano e foram incorporados à turma que ingressou em 1964. Até a conclusão do curso, em 1968, os três não sofreram outras consequências do IPM, a não ser o medo que os acompanhou e o fato de se afastarem da atuação política e cultural. Talvez mais que a defesa dos advogados ao longo do processo, foi a carta assinada por todos os colegas de turma que salvou os acadêmicos inquiridos, nela declarando que eram ótimos alunos e colegas e que nunca perturbaram as aulas ou afetaram o espírito de companheirismo. Somente Yamashita continuou a atuar, ainda que timidamente, na União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB)⁴⁴, até que, em 1970, foi parar no Deops, preso numa das investidas da Operação Bandeirantes (OBAN) quando desenvolvia uma atividade de organização política em Santo André juntamente com outros médicos, alguns deles colegas seus do Hospital do Servidor Público Estadual, onde trabalhava como endocrinologista⁴⁵.

Fábio Ancona Lopez também saiu ileso do IPM. Mas, para sentir-se mais seguro, optou, na época, por trabalhar em Botucatu, mantendo uma militância discreta – pois nunca aceitou a opção pela luta armada “que estava fragmentando o partido de modo muito grande”. Posteriormente, esse evento lhe criou uma série de dificuldades quando da sua contratação na Unesp⁴⁶.

O objetivo da repressão foi alcançado com rapidez: o grupo dos alunos de esquerda da EPM foi silenciado e desestruturado depois do golpe, sem que fossem necessárias ações ulteriores. Todavia, depois do atordoamento no primeiro momento, o CAPB retomou iniciativas de contraste pacífico em relação à ditadura e de reorganização do movimento estudantil na EPM, inserindo-se ainda mais no movimento nacional, até que o AI-5 fez a repressão amplificar-se.

O engajamento do CAPB a partir de 1965 no movimento estudantil nacional foi acompanhado intensamente pelos alunos da EPM. Ainda no final de 1964, quando a ditadura promulgou a Lei Suplicy de Lacerda⁴⁷, os alunos ativistas do Centro Acadêmico criaram um diretório acadêmico para cumprir a exigência do governo, por sugestão do seu presidente, Marcos Ferraz. Todavia, mantiveram o CAPB e determinaram que a diretoria seria a mesma. Já em 1965 foi realizada a primeira greve estudantil sob a Lei Suplicy e, em 1966 e 1967, a diretoria do CAPB ficou nas mãos de um grupo esquerdista, nas gestões de Erkki Juhani Larsson e depois de Artur Beltrame Ribeiro⁴⁸. Após um breve parêntese, a partir do final de 1968, este grupo voltou a liderar as atividades de mobilização estudantil. Diferentemente do grupo progres-

sista do CAPB que antecedeu o golpe, o grupo que liderou o Centro no período entre 1965 e 1970 era mais claramente orientado à esquerda e teve também um séquito maior. De forma mais intensa do que no período anterior, vários dentre aqueles estudantes eram muito próximos do PCB ou, parcialmente, da esquerda comunista dissidente que ia se radicalizando na época, embora a luta armada fosse um opção que praticamente não encontrou espaço na EPM⁴⁹. A partir de 1965-1966, a presença de delegados do CAPB nos congressos semi-clandestinos da UNE e da UEE foi marcante e os estudantes da EPM foram perdendo o estigma de alunos de direita que tinham no início dos anos de 1960⁵⁰.

Quero apresentar, neste ponto, as lembranças de Cícero Brasileiro, um dos principais acusados em 1964, não somente como elemento documental para a análise da ação política na EPM da época mas, principalmente como memória significativa por muito tempo não-dita, escondida e silenciada de um momento crítico da história do Brasil, cujo significado vai além do estudo de caso da história da Escola Paulista de Medicina:

Havia um clima de terror naquela época, eu tinha vinte e um para vinte e dois anos [...]. O que aconteceu comigo, a primeira idéia era que eu fosse expulso da EPM, eu demorei para entrar na EPM, não entrei de cara, eu fiz três vestibulares [...]. Mas então eles me entregam esse documento, e o inquérito foi muito interessante. Era um por um, eram quatro ou cinco estudantes que iam participar disso, e eu só me lembro de três [...]. Eles deixavam a gente trancado em uma sala da microbiologia, que era justamente onde o Otto Bier dava aula, ficava trancado umas duas horas, sem saber o que ia acontecer [...]. Aí chamam a gente e quando chego lá tem uma mesa onde está o Otto Bier, o Rodolfo de Freitas e Antônio Bernardes de Oliveira [...]. Então eu era um estudante de 21 anos com três professores titulares na frente, mais o secretário, que era o Horácio Pasquim, aí ficaram indagando se eu tinha atividades comunistas, então eu perguntei: “o que vocês chamam de atividades comunistas?”. Eu participei do congresso da UNE, não, eu fiquei tão intimidado que eu não falei que tinha ido ao congresso “Você foi ao congresso?”, “Não, não fui”. “Você conhece tal fulano?”, “Não, não conheço”. Então eu pensei que só me faltava ficar lá mais duas horas. Então voltei para a sala e neguei tudo, então fiquei mais duas horas esperando, aí eu pensei que não adiantava eu ficar negando a evidência, eu tinha que falar a verdade, aí eu volto de novo duas horas depois, então já são quatro horas, aí eles me perguntam e eu disse que realmente eu não falei a verdade, fiquei intimidado, fiquei com medo, mas eu estive no congresso da UNE sim, junto com meus colegas que vocês estão citando aí, só que eu não vejo nenhum crime em ir no congresso da UNE. Então me perguntaram: o que você mais fez de subversivo na escola? Eu

fessor titular de Psiquiatria na Unifesp; Beltrame Ribeiro, de Nefrologia. Sobre as atividades dos dois na época, ver também AESP/Deops, prontuários nºs 89.929 e 144.578.

49. Por exemplo, nos casos de Nestor Schor (atualmente professor titular de Nefrologia na Unifesp, paulistano e filho de pais judeus originários da Romênia) e de Rubens Belfort, ambos tinham sido criados em um ambiente familiar onde a militância comunista era muito presente. Ver depoimentos de Schor e Belfort a Luigi Biondi, respectivamente em fev. 2008 e dez. 2007. Ver também AESP/Deops, prontuário nº 89.929.

50. Ver os depoimentos já citados de Schor, Beltrame Ribeiro e as memórias, já citadas, de Paulo José Brito de Castro. Ver, ainda, no AESP/Deops, os prontuários nºs 143.123 (Erkki Larsson), 144.578 (Marcos Ferraz), 145.425 (R. E. Solitrenick) e 143.135 (Rubens Belfort). No Congresso de Ibiúna, diversos representantes do CAPB foram presos, assim como em 1966, quando mais de 150 estudantes foram presos no Congresso da UNE-UEE (SP) em São Bernardo do Campo. Entre eles, estavam os representantes dos alunos da EPM: Beltrame Ribeiro, Rubens Belfort e Erkki Larsson.

respondi que de subversivo eu não sabia o que tinha feito, “eu sei que eu escrevi uns artigos para *O Biceps*”, “Que artigo você escreveu?”. Eu falei daquele período da crise dos mísseis em Cuba, no jornal *O Biceps* eu escrevi um artigo defendendo a paz que tinha que ter um meio de se chegar à paz, então eu falei que era um artigo defendendo a paz; nesse momento o Bier levanta da mesa, vem até mim e mostra que debaixo do vidro da mesa dele havia uma pomba da paz de Picasso, então me disse: o senhor sem dúvida é comunista porque quem defende a paz são os comunistas, “olha aqui a pomba da paz do Picasso”. Então eu me senti um pouco mal porque eu percebi que estava falando com uma pessoa, que tinha uma visão completamente diferente da minha, achei que ia ser expulso da Escola, depois me perguntaram outras coisas, mas tirando esse aspecto do Bier, que ele foi muito, terrivelmente reacionário, quem defende a paz são os comunistas, eu não tive coragem de perguntar: “e quem não defende quem são?”. Eu só não perguntei porque eu estava muito intimidado, tinha 21 anos e tudo no Brasil caindo. Então o Antônio Bernardes de Oliveira me pergunta se eu tinha escrito um outro artigo, então eu disse que tinha escrito outro artigo n’*O Biceps* sobre o Brecht, eu gostava desses autores e tinha escrito um texto sobre uma peça que tinha acontecido no Teatro Arena, chamado *Os Fuzis da Senhora Carrar*, é uma peça muito bonita [...]. Aí o Antônio Bernardes fala de novo que o Brecht era um autor de esquerda, algo parecido [...]. Pra você ter uma idéia do clima que tava na Escola depois do inquérito eu não sabia o que ia acontecer comigo, então, por exemplo, a gente ia ter aula de farmacologia com um cara chamado Ribeiro do Valle, eu estava na aula e tinha um cachorro eviscerado [...] e sendo injetado nele alguma substância farmacológica para ver a reação dentro dele, o Ribeiro do Valle vira para a classe e fala: “Vocês acham que esse é um cachorro ou um câomunista”. Gostaria que isso ficasse gravado, Ribeiro do Valle falou isso numa aula e eu na minha condição de ter sido submetido a um inquérito não sabia o que ia acontecer, olha só o que ele estava dizendo dos comunistas, é um “câomunista”, um cão todo eviscerado, uma época que tinha torturas, assassinatos, uma época de terror para aquelas pessoas que participaram⁵¹.

As atividades culturais do CAPB e dos alunos de militância política mais intensa eram um dos fulcros da atuação estudantil do início dos anos de 1960 e assumiam um valor reformador e político ainda mais forte no ambiente médico, uma vez que esses acadêmicos compartilhavam a idéia de uma formação humanística *tout court*, que eles ainda não conseguiam encontrar na EPM – antiga, isolada e resistente à expansão da UFSP que ocorria naqueles anos. Entre integrantes e simpatizantes do heterogêneo grupo progressista do CAPB, a atuação cultural e a participação em cursos oferecidos por outras faculdades

51. Entrevista com Cícero José Brasiliano já citada.

(por exemplo, as aulas de Florestan Fernandes na USP, que alguns deles freqüentavam periodicamente) eram consideradas parte integrante da formação do médico. Respondiam, também, ao desejo deles de uma inserção do profissional da saúde na sociedade e, especificamente, na estruturação de políticas públicas de saúde e na resolução das carências sanitárias das classes populares, especialmente na cidade de São Paulo, que havia décadas estava em franca expansão industrial.

Brasiliano e Rosa Borges, por exemplo, certa vez pensaram em filmar a chegada dos migrantes na Estação do Norte, no Brás – uma das tantas atividades projetadas ou realizadas pelos alunos do CAPB como resposta à formação profissional tecnocrata prevalecente na EPM, ou como caminho para formar médicos que não fossem sanitaristas ou bem estabelecidos doutores com clínicas particulares, mas partícipes ativos do melhoramento das condições gerais de vida.

Denúncias das questões sociais candentes, atuação cultural e tímidas tentativas de aproximação com os trabalhadores eram sinais de um mal-estar que eles vivenciavam na EPM como médicos em formação e que tinha seu foco na insatisfação em relação ao papel secundário que os conteúdos de medicina preventiva tinham no curso de Medicina. Para a maioria dos estudantes envolvidos no movimento estudantil, a disciplina ministrada por Walter Leser era de bom nível, mas demasiado fincada nos exames estatísticos, sem nenhuma abertura para a análise social, antropológica, histórica, política e filosófica de todas as complexas questões relacionadas à intervenção do médico como ator social, intérprete da sociedade na qual ele atua *curando*. Isso em um curso com apenas uma ou outra visita a favelas, cortiços e bairros populares da cidade. Apesar de Leser ter uma reflexão sobre saúde pública, seu tecnicismo se ajustava mais a uma idéia conservadora da medicina preventiva. Não por acaso, atuou como secretário estadual da Saúde durante a ditadura, operando algumas reformas importantes no ato médico, como a eliminação legal do parto realizado por parteiras.

A crítica à desvinculação entre o ensino na Escola, as questões sociais e a formação sociopolítica e cultural do médico, voltaria com intensidade entre os estudantes que atuaram nos anos em torno de 1968, abrindo progressivamente espaço para uma reavaliação da Disciplina Medicina Preventiva à luz das análises e pesquisas em ciências sociais.

* * *

Todavia, na EPM também havia docentes que se identificavam com a esquerda. A repressão pós-golpe atuou rapidamente, isolando e cassan-

do dois desses professores, que eram reconhecidos intelectuais comunistas: Sebastião Baeta Henriques e David Rosenberg.

Além de regente da cátedra de Biofísica da EPM, Baeta Henriques era chefe da seção de Bioquímica do Instituto Butantan. Sua exclusão da Escola ocorreu paralelamente à instalação do IPM em 4 de abril de 1964 – contra ele, sua esposa Olga Bohomoletz e o físico Mário Schenberg da USP, e destinado a perseguir alguns dos principais cientistas brasileiros filiados ao PCB em São Paulo, como participantes da chamada “célula dos intelectuais”. O IPM foi concluído em outubro de 1964, mas a Congregação da EPM antecipou-se à decisão da Justiça Militar, afastando o professor após um longo debate na reunião de 9 de abril daquele ano. A proposta de afastamento de Baeta Henriques por motivos políticos foi instada pelo CTA; posta em votação, a proposta foi aprovada contra os votos dos professores Leal Prado e Renato de Toledo⁵². O primeiro resistiu à expulsão do colega, alegando que “nunca se aproveitou o prof. Baeta Henriques de sua posição de professor de Biofísica para defender suas idéias ou fazer proselitismo entre os alunos”⁵³ e que sua única atitude política pública no âmbito da Escola foi ter se recusado a assinar o Manifesto da Congregação contra a nomeação do Conselho da Universidade Federal, “não tanto porque não estivesse de acordo com a Congregação, mas porque não desejava ser usado como propaganda anti-Goulart”. Continuou Leal Prado:

Que eu saiba esta foi sua única atitude política adotada na Escola e com ela eu discordo (já lhe disse). Entretanto, tem havido em outras ocasiões casos de professores da Escola adotando posições políticas ou não, julgadas erradas pela Congregação, sem que daí resultassem sanções contra o professor. O afastamento do prof. Baeta Henriques, agora, poderá ser interpretado como uma represália a sua posição política [...]. Se ele perder a posição na Escola agora, este fato poderá ser usado contra ele no serviço público estadual, o que poderá acarretar-lhe muitos dissabores e, inclusive, a perda de seu local de trabalho”⁵⁴.

52. *Atas da Congregação*, 9 abr. 1964.

53. *Idem*.

54. *Idem*.

55. Do tipo usado por Ribeiro do Vale, secretário *ad hoc* da reunião, do qual Baeta Henriques foi assistente no Instituto Butantan e na cadeira de Farmacologia da EPM, que se declarava “amigo pessoal” de Henriques: “Ao aprovar a proposta apresentada pelo Conselho não está votando contra o Professor Baeta e sim a favor da Escola e de seu livre-docente dos mais capazes”. Ver *Atas da Congregação*, 9 abr. 1964.

Leal Prado podia ser entendido como um conservador, mas era contrário ao desfecho golpista e ao terrorismo cultural em todas suas manifestações, além de ser amigo pessoal de Baeta Henriques, com o qual colaborava em pesquisas biomédicas pioneiras desde seus estudos na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Para além da apaixonada defesa feita por este cientista, as intervenções dos outros docentes procuraram a demolir a figura de Baeta, utilizando sofismas⁵⁵, declarações anticomunistas e queixas contra a didática do docente. De fato, havia o enfrentamento de duas propostas. De um lado a de Leal Prado, que

queria proteger o docente frente à repressão, recusando o pedido antecipado de afastamento e propondo esperar uma definição da situação política nacional e o desfecho do próprio IPM⁵⁶. De outro lado, a proposta vencedora, que afastava Baeta Henriques por motivos políticos e confiava a cátedra a outro docente, sem esperar o término do IPM.

Entre os defensores da segunda proposta estava Otto Bier, que se valeu de queixas dos alunos como argumento contra Henriques⁵⁷:

[...] a) assegurar a rotatividade da regência interna da cátedra, proporcionando oportunidade a outro livre-docente da Escola, o professor dr. Antonio Cechelli de Mattos Paiva; b) corrigir defeitos de didática, que constituíram motivos constantes de reclamação por parte dos estudantes durante a ocupação da cátedra pelo prof. dr. Sebastião Baeta Henriques; c) prover interinamente a cátedra com um professor em tempo integral, providência essencial à organização do Departamento de Biofísica agora em suas novas instalações. Esta última condição é aceita pelo prof. dr. Antonio Cechelli de Mattos Paiva, porém nunca o pode ser pelo prof. dr. Sebastião Baeta Henriques, preso que está à sua condição de chefe da Secção de Bioquímica do Instituto Butantan. Não pode a Congregação da Escola Paulista sentir-se responsável pelas consequências de sua ideologia comunista e entende mesmo, o prof. dr. Otto Guilherme Bier, que na atual conjectura esta poderá, por si só, constituir razão suficiente para o afastamento do atual regente da Cátedra de Biofísica⁵⁸.

Sebastião Baeta Henriques e a esposa Olga Bohomoletz trabalhavam juntos no Instituto Butantan desde a chegada dos dois a São Paulo, em 1944. Formaram-se na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte e integravam o grupo de cientistas conhecidos como “baetófilos”⁵⁹, entre os quais se contava ainda Leal Prado, que foi convidado por Ribeiro do Valle para integrar as equipes de pesquisadores do Instituto Butantan, na Seção de Endocrinologia, em 1943. No ano seguinte, sob sugestão do próprio Leal Prado, Ribeiro do Valle convidou o casal Henriques a trabalhar na mesma seção do Instituto. Olga continuou ali até o exílio, enquanto Sebastião foi integrado também à EPM a partir de 1946, como assistente e professor de Farmacologia (inicialmente, no lugar de Ribeiro do Valle, que estava na América do Norte), até que, em 1957, começou a exercer a docência na cátedra de Biofísica, tornando-se livre-docente desta em 1961 e regente em 1963⁶⁰, quando passou a receber efetivamente a denominação de Biofísica⁶¹. Em 1947, após o fechamento da Seção de Endocrinologia do Instituto Butantan pelo governo Adhemar de Barros⁶², a equipe de Ribeiro do Valle se dispersou e foi se alocando na EPM. Sebastião e Olga, porém, após experiência de pes-

56. Nas palavras de Leal Prado: “Acredito que se deveria deixar somar [sic] a situação política nacional e posteriormente, se a Congregação deliberar que na Cadeira de Biofísica realmente não é conveniente, será possível interrompê-la, inclusive simplesmente pedindo-lhe [ao prof. Baeta Henriques] que apresente um pedido de demissão”. *Atas da Congregação*, 9 abr. 1964.

57. As queixas eram referentes a uma dificuldade de comunicação de Baeta Henriques, como confirmado em muitos depoimentos concedidos ao autor para esta pesquisa, entre os quais destacamos o de Durval Rosa Borges, que lembrou como, por causa da dificuldade comunicativa do docente, era impossível acusá-lo de proselitismo entre os alunos. Estas considerações confirmam a linha de defesa de Henriques feita por Leal Prado na Congregação na época. Os poucos alunos que conheciam a militância de Henriques eram alguns filiados do PCB, como Cícero Brasileiro, que o tinham conhecido ou ouviram falar dele na USP, na UNE ou no partido, como um dos integrantes da “célula dos intelectuais”.

58. *Atas da Congregação*, 9 abr. 1964. Sebastião Baeta Henriques e Antonio Cechelli da Mattos Paiva se reencontraram anos depois, na condição de conselheiros da Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular (gestão 1981-1983).

59. “Aqueles discípulos de Baeta Viana que se distinguem e se distinguem pela devoção ao mestre e pela defesa entusiástica de suas idéias. Carlos Diniz, Veiga Sales de Moura Gonçalves, Leal Prado, Wilson Beraldo, Baeta Henriques, Olga Bohomoletz, [Antônio] Oliveira Lima, Sales Jesuino, Geraldo Siffert, Aduino Barbosa, José Normanha, [José] Lopes Faria, Marcionilo Lins, Ferreira Fernandes, Paulo Correa e Márcio Pinheiro são exemplos da presença da escola baetiana, na bioquímica, na pedagogia e/ou na clínica”. Cf. Luiz de Paula Castro e João Amílcar Salgado, “Os 80 Anos de Carlos Ribeiro Diniz”, disponível em <http://www.medicina.ufmg.br>.

60. José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, pp. 175-177 e 323.

61. A cátedra mudou de nome com o próprio Baeta Henriques, pois desde sua fundação, em 1934, era chamada de cadeira de Física-Médica.

62. Ver entrevista concedida por José Ribeiro do Valle a Luiz R. Travassos, Neide Lurkiewicz e Vera Rita da Costa em 1988, disponível em <http://www.canal-ciencia.ibict.br>.

63. Maria Cecília Ferraz de Oliveira, que como jovem pesquisadora colaborou com o casal, confirmou que Baeta Henriques utilizava, na época, quase exclusivamente o laboratório do Butantan (depoimento a Luigi Biondi em 11 mar. 2008).

64. Ferraz de Oliveira lembra que, na tarde após a reunião, foi trabalhar, como de costume, no laboratório do Butantan. Comentou muito brevemente o ocorrido e se mostrou muito abalado (depoimento citado). A filha Vera Bohomoletz Henriques (física, atualmente professora da USP), confirmou que, apesar da divergência política, os laços de amizade com o católico e anti-comunista Ribeiro do Valle eram muito fortes e que, por isso, o pai ficou muito abalado pela decisão da Congregação, pois não esperava que Valle deixasse de defendê-lo (segundo depoimento de Vera Bohomoletz Henriques a Luigi Biondi em 29 jan. 2008).

65. Segundo depoimento de Vera Bohomoletz Henriques a Luigi Biondi em 29 jan. 2008, seu pai tinha se aproximado do comunismo por influência de um primo, quando cursava o secundário no Ginásio Mineiro de Barbacena, mas não tinha tradição de esquerda na família, que era católica e de origem colonial. Olga Bohomoletz, ao contrário, se enquadrava naquele grupo de brasileiros de origem eslava que, além de motivações progressistas e reformadoras, aproximou-se do Partido Comunista também por afinidades étnico-nacionais, sendo a URSS, ao mesmo tempo, o único estado socialista até 1949 e o herdeiro do nacionalismo pan-eslavo, na época proposto sob a forma híbrida do patriotismo e nacionalismo socialista, como vemos em Alexandre Fortes, "Os Outros 'Polacos': Classe e Identidade Étnico-Nacional entre Imigrantes do Leste

quiza no Canadá, montaram um laboratório de Bioquímica e fizeram carreira no Butantan, onde desenvolveram a Seção de Bioquímica dos anos de 1950 até 1964. A exclusão da equipe montada por Ribeiro do Valle no Butantan era o corolário imediato do fim da direção do Instituto, exercida pelo próprio Otto Bier entre 1944 e 1947.

É difícil dizer quanto o crescimento profissional dos cientistas Baeta Henriques e Bohomoletz no Butantan pode ter contribuído para acirrar rivalidades, no momento em que ocorria a saída de um grupo de colegas do mesmo Instituto, com a conseqüente restrição de suas atividades à Escola Paulista de Medicina. Tais rivalidades podem ter assumido feições diversas num contexto político radicalizado, no qual deve ser incluída também a divisão operada entre os contrários e os favoráveis à UFSP e, num plano mais amplo, ao governo Goulart⁶³. Baeta Henriques ficou abalado com a decisão da Congregação, não esperando tal desfecho. Ainda assim, quando voltou ao Brasil após o primeiro período de exílio, continuou sua colaboração com Ribeiro do Valle⁶⁴.

A militância de Baeta Henriques e Bohomoletz no PCB, que começou já antes da entrada deles na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, era a do tipo comum a muitos pesquisadores e docentes universitários, que viam no socialismo soviético um modelo de desenvolvimento nacional, de ciência e pesquisa de ponta e de escolarização de massa⁶⁵. No caso deles, a militância realizava-se no Centro de Estudos Sociais, que contava com o físico Mário Schenberg na qualidade de um de seus principais animadores, e cuja secretária era a própria Olga. O Centro atuava como um núcleo de discussão e atividades culturais entre intelectuais em São Paulo, como o arquiteto José Vilanova Artigas e o historiador Caio Prado Júnior, e para militantes do Partido Comunista⁶⁶.

Militantes conhecidos e cientistas de renome, Baeta Henriques e Bohomoletz fugiram separadamente para o exterior para evitar a prisão, cerca de duas semanas após o golpe. Olga refugiou-se na embaixada do Peru e dali seguiu para aquele país da América do Sul. A rota de fuga de Sebastião foi do aeroporto de São Paulo diretamente para a Inglaterra. Olga não conseguiu visto para a Grã-Bretanha, seguindo então para Paris e, dois meses depois, para Moscou. Sebastião ficou um ano trabalhando em um instituto de pesquisas em Londres. Reencontraram-se em Moscou um ano depois, onde trabalharam no Instituto de Biomedicina Gamaleya, até que Leal Prado, que fora enviado por Ribeiro do Valle para participar da consolidação do curso de Medicina na Faculdade de Botucatu⁶⁷ os convidou para trabalhar ali em 1967-1968. Pensavam em se fixar novamente em definitivo no Brasil em 1969 mas, com o AI-5, reiniciaram suas peregrinações, sobretudo entre

os países do bloco socialista, uma vez que em abril de 1969 foram aposentados compulsoriamente de seus cargos no Butantan⁶⁸. Em outubro de 1969, o casal seguiu para Edimburgo, na Escócia, e da lá para Cuba em janeiro de 1972, tendo ainda passado por Portugal em 1975, após a Revolução dos Cravos, e pela Bulgária (em 1977). Voltaram ao Brasil somente com a anistia, em 1979, mas foram para Belo Horizonte, regressando à faculdade onde haviam se formado, naquela altura incorporada à UFMG⁶⁹.

Logo após o afastamento de Baeta Henriques, outro renomado militante comunista foi afastado da EPM pela própria instituição, através de um IPM no qual alguns docentes agiram como inquisidores, da mesma forma que com os IPMs direcionados contra os alunos. Tratou-se do regente da cátedra de Cirurgia, David Rosenberg, um dos cirurgiões mais destacados do Brasil e conhecido internacionalmente.

Diferentemente do caso de Baeta Henriques, neste o aspecto pessoal-profissional contou muito mais, pois foi utilizado o histórico de militância de Rosenberg para abrir espaços para outros docentes, uma vez que, depois do xx Congresso do PCUS e sobretudo após a invasão da Hungria em 1956, o cirurgião praticamente já não militava mais no PCB, embora continuasse a freqüentar alguns expoentes e intelectuais de destaque do Partido, muitos dos quais continuou a cuidar como médico após sua saída. Na época do IPM, em 1964, já era crítico do sistema soviético e também dos partidos comunistas em geral, opiniões amplamente conhecidas tanto pelos alunos como pelos colegas. Apesar disso, ainda podia ser identificado como um médico de esquerda até falecer, em 2002. Comunicativo e mantendo boas relações com os alunos e com a maioria dos colegas, dificilmente escondia suas críticas abertas ao capitalismo, à adesão às propostas reformistas de base do governo Goulart e sobretudo à esquerda brasileira em geral, assim como a relação, cada vez mais tênue, que ele mantinha com os comunistas e com o PCB, ao qual não era mais filiado havia anos.

A reforçar a tese do progressivo distanciamento de Rosenberg da militância ativa, está o fato de que ele foi absolvido em outro IPM que sofreu em 1964, no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC), onde entrou como cirurgião em 1945. Absolvido no sistema público, mas condenado na Escola por um inquérito conduzido pelos próprios colegas⁷⁰.

A figura de Rosenberg tem muitos pontos de aproximação com a de Baeta Henriques, no tipo de militância intelectual comunista que foi se difundindo no Brasil especialmente a partir da década de 1940. Freqüentavam mais ou menos os mesmos círculos de intelectuais co-

Europeu em Porto Alegre”, em Cláudio Henrique Moraes Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes (orgs.), *Culturas de Classe: Identidade e Diversidade na Formação do Operariado*, pp. 317-361. Olga, que nasceu em São Mateus (PR) em 1916, era filha de um médico russo que, antes de emigrar para o Brasil (antes da Revolução Russa), tinha trabalhado no Instituto Pasteur, em Paris. Ver AESP/Deops, prontuários nºs 140.507 e 140.482, além do depoimento de Vera Baeta Henriques já citado.

66. Cf AESP/Deops, prontuários nºs 140.507 e 140.482 e dossiê nº 20-K-77. Ver também o depoimento de Vera B. Henriques. Uma das primeiras casas de nova concepção que Vilanova Artigas construiu foi justamente a Casa Baeta, desenhada e projetada para o casal Sebastião e Olga, no bairro do Butantã. Ver Fundação Vilanova Artigas, *Vilanova Artigas* e João Masao Kamita, *Vilanova Artigas*.

67. A Faculdade de Medicina de Botucatu foi fundada em 1963 e incorporada à Unesp em 1976.

68. Ministério da Educação e Cultura, Decreto de 29 abr. 1969, *Diário Oficial da União* de 30 abr. 1969, pág. 3.699. Ver também ADUSP, *Livro Negro da USP: o Controle Ideológico na Universidade*, pp. 33-42.

69. Retornaram ao serviço ativo, em caráter efetivo, por força do disposto na lei federal nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

70. Infelizmente, as atas da Congregação de 1964 não trazem qualquer registro sobre o afastamento de David Rosenberg. Segundo o depoimento de sua filha Lia Rosenberg (entrevistada por Luigi Biondi em 16 jan. 2008), o pai ficou convencido de que queriam tirá-lo da cadeira de Cirurgia para abrir espaço para outro docente (um concurso nesta área estava prestes a ocorrer) e ficou muito surpreso da acusação, porque disse aos colegas que o interrogaram justamente agora que ele não era mais filiado ao Partido Comunista não entendia o porquê do IPM.

71. Como os Baeta Henriques, também David Rosenberg e sua mulher, Concepción Abovsky, receberam de presente o projeto de sua casa pelo arquiteto e camarada de partido, José Vilanova Artigas.

72. A própria polícia política o identificava como intelectual de destaque do Partido Comunista em São Paulo, e não como um militante da base. Ver AESP/Deops, prontuário nº 92.000.

73. *Discurso proferido pelo Dr. David Rosenberg quando da outorga do Prêmio Colégio Brasileiro de Cirurgiões, 1998* (exemplar gentilmente cedido pela filha de David, Lia Rosenberg). David Rosenberg nasceu em 1915 em Securení, um vilarejo ao norte da Bessarábia. Os pais decidiram emigrar para o Brasil para fugir dos *progroms* dos cossacos na região, que na época estava no turbilhão das mudanças territoriais pós-Primeira Guerra Mundial e da guerra civil russa. Quando Rosenberg nasceu, a pequena Securení fazia parte do Império Russo, mas a partir de 1920 (com o Tratado de Paris) foi anexada, como toda a Bessarábia, à Romênia. Após a Segunda Guerra Mundial, passou novamente a integrar a União Soviética, e atualmente faz parte da Ucrânia, com o nome de Sokyriany. Toda esta região, que foi uma das áreas de atrito entre estados das mais disputadas da Europa do Leste, devido a uma notável mistura étnica, concentrava um grande número de *shtetl* judaicos, no meio de uma população composta na sua maioria por ucranianos, mas também por cossacos, romenos e húngaros. Foi relevante a imigração para o Brasil de judeus vindos de Odessa e da Bessarábia como um todo (grande parte da Bessarábia constitui hoje a Moldávia, país de língua romena).

74. Nestor Schor, filho de médico judeu e comunista, também originário da Romênia, relembra sua educação socialista no bairro do Bom Retiro, num caldo cultural *yiddish* que tinha muitos elementos da sociabilidade que vinham da experiência do *Bund*: colônias de férias para crianças, notadamente a Kinderland, em Sacra Família (RJ) e a Casa do Povo no Bom Retiro. Ver depoimento de Schor, já citado. O *Bund* era a união dos trabalhadores judeus de Lituânia, Polônia e Rússia, de orientação socialista, com milhares de

munistas de São Paulo e desenvolviam atuações parecidas no âmbito cultural⁷¹. Muito próximo de Luís Carlos Prestes e de outros líderes e intelectuais do PCB (com os quais manteve contato por anos, também depois de seu desligamento do Partido e durante a ditadura militar, na clandestinidade), Rosenberg esteve, por exemplo, no grupo de fundadores da *Revista Brasiliense* de Caio Prado Jr., em 1955⁷².

Todavia, enquanto Baeta Henriques era mais propriamente um pesquisador, Rosenberg interpretava sua profissão de médico como uma prática de intervenção social a partir de uma idéia de saúde pública, de assistência aos trabalhadores e classes carentes, e fazia questão de manter, apesar do sucesso de sua clínica particular, sua função no IAPC. As motivações mais profundas de sua militância estão ligadas à sua origem étnica e social de imigrante judeu de família modesta, reforçadas no contexto da Segunda Guerra Mundial, no rastro de um crescente sentimento antifascista e antinazista muito difundido na comunidade judaica do Bom Retiro, onde cresceu desde que chegou em 1920, com quatro anos e meio, vindo da Bessarábia:

Chegamos ao Brasil, em São Paulo, onde meu pai tinha um irmão que nos ajudaria. Instalados numa casa no Bom Retiro, com dois quartos de frente – que eram alugados, com refeições, para imigrantes recém-chegados – um quarto para meus pais, uma sala e, ao fundo, um quatinho onde dormíamos minha irmã e eu. Mudamos de casa algumas poucas vezes, porém nossas acomodações não mudaram⁷³.

A militância comunista difundiu-se nesse bairro a partir de fins da década de 1930, podendo-se dizer que David se criou e atuou em um ambiente popular, como era o Bom Retiro, onde se formou e se expressou, no Brasil, aquela identidade judaico-comunista fortemente combatida pelos aparatos repressores da época, antes e depois da Guerra Fria, presente também em outras regiões urbanas americanas de forte imigração judaica, sobretudo Ashkenazim⁷⁴.

No bairro, fundou com outros companheiros e a esposa, Concepción Abovsky⁷⁵, o Centro de Cultura e Progresso, descrito pela polícia como “um perigoso foco que emerge dos subterrâneos quase imperscrutáveis da quinta coluna internacional soviética”⁷⁶, que congregava, a partir de 1946 até meados dos anos de 1950, os militantes e simpatizantes comunistas judeus do Bom Retiro e funcionava como centro polifuncional, cultural, esportivo, de sociabilidade e atuação política⁷⁷. Nunca perdeu esta sua ligação com a população israelita do bairro onde cresceu, ainda depois de ter se formado e montado clínica particular⁷⁸.

A carreira de Rosenberg como médico cirurgião foi exemplar. Ele entrou em 1934 na Faculdade de Medicina da USP, egresso de escola pública⁷⁹, e se formou em 1939, com dois prêmios (*Rockefeller* e *La Royale*). Em 1949, entrou na EPM, na cadeira de Clínica Cirúrgica, que regeu por um ano em 1952, na ausência temporária de seu fundador – o mesmo Antônio Bernardes de Oliveira que, na reunião da Congregação de 9 de abril de 1964 pediu a abertura de um ciclo de repressão com expulsão de docentes, alunos e funcionários⁸⁰. Poucos anos antes da aposentadoria compulsória, Rosenberg recebeu menções honrosas no XI Congresso de Medicina (1962).

Alguns anos depois da saída de Rosenberg da EPM, foi convidado por Zeferino Vaz, em 1965, organizador do processo de formação da Unicamp⁸¹, para dar aulas no curso de medicina. A experiência durou até o Ato Complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969, corolário do AI-5. Depois disso, Rosenberg continuou a trabalhar exclusivamente na clínica particular e somente com a anistia, em 1979, voltou a lecionar: prestou concurso para professor titular na Escola Paulista de Medicina, no Departamento de Cirurgia, aos 68 anos de idade.

Apesar de não ter se exilado (sempre viveu em São Paulo), a trajetória de Rosenberg, assim como a de Baeta Henriques, evidenciam emblematicamente as distintas fases da longa ditadura civil-militar no Brasil: vítimas imediatas da primeira vaga de repressão, que golpeou pessoas identificadas como militantes ou apoiadores do governo Goulart havia algum tempo; parcialmente recuperados, mas não em suas situações anteriores, na breve fase de distensão que precedeu o AI-5; novamente perseguidos até a anistia de 1979.

Naquele contexto golpista, o conservadorismo de catedráticos da EPM encontrou sua expressão num acerto de contas político. Os casos que envolveram diretamente a Escola e a responsabilidade da maior parte de seus catedráticos, no entrelaçamento de motivações pessoais, profissionais e políticas, podem ser entendidos no âmbito do “terrorismo cultural” da ditadura, que resultou no afastamento de intelectuais, cientistas e médicos competentes. As palavras de Tarcisio Triviño⁸², em uma homenagem póstuma a David Rosenberg, sintetizam bem aquele momento e seus efeitos nos campos cultural, científico e pedagógico:

Quando cheguei a Escola Paulista de Medicina, nos idos de 1967, ele já se encontrava afastado, dele restando apenas os ensinamentos sobre vagotomia, sutura em plano único, derivações venosas e tantos outros. Vítima de uma calúnia, arma poderosa dos covardes e incompetentes, fora afastado

filiados, que operou como força política de esquerda entre 1890 e 1930, aproximadamente, com ramificações também nos Estados Unidos.

75. Concepción também era judia, nascida na Argentina. Igualmente comunista, conheceu o futuro marido graças ao irmão dela, Jaime, pediatra, que estudara com David.

76. Taciana Wiazovski, *Bolchevismo e Judaísmo: a Comunidade Judaica sob o Olhar do Deops*, p. 117.

77. Inicialmente, o Círculo chamava-se *Jugend Club*. Sofreu várias investigações entre 1948 e 1953, chegando a perder grande parte do acervo e das publicações por apreensão policial. As atividades iam desde reuniões políticas e partidárias, inclusive do Movimento Israelita Paulista contra o Racismo e o Anti-Semitismo, até projeção de filmes, festas e encontros culturais. Ver AESP/Deops, pronunciário nº 105.673. Ver também Taciana Wiazovski, *op. cit.*, pp. 115-117.

78. Lia Rosenberg lembra que, nos dias de feira no Bom Retiro, de vez em quando aparecia alguém falando em *yiddish* com os avós paternos, agradecendo o pai por ter sido curado por ele.

79. Estudou no Grupo Escolar Prudente de Moraes, no bairro da Luz, frequentando simultaneamente a recém-criada Escola Israelita Renascença e o Ginásio do Estado da Várzea do Carmo.

80. José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, p. 305, e Capítulo Brasileiro da Associação Médica de Israel, biografia de David Rosenberg, disponível em <http://cbami.org.br/rosenberg.htm>.

81. Que se afirmou em 1967, com a criação da Universidade e incorporação da Faculdade de Ciências Médicas.

82. Chefe do Departamento de Cirurgia da Unifesp em 2008.

de suas atividades docentes pelo Governo Militar. Aqueles que injustamente queriam puni-lo, na verdade estavam privando os jovens médicos, particularmente os cirurgiões em formação na Escola Paulista, e, por conseqüência toda uma sociedade, da oportunidade de viver e aprender com uma das maiores personalidades da cirurgia brasileira⁸³.

A Universidade Federal de São Paulo e a Cassação de Marcos Lindenberg

A repressão operada no âmbito da EPM precisa ser entendida e situada no processo mais amplo de estruturação da Universidade Federal de São Paulo (UFSP), que dividiu profundamente o corpo docente e, ao mesmo tempo, aumentou os pontos de tensão e fricção na Escola com os alunos, sobretudo os que participavam ativamente do movimento estudantil. Posicionar-se a favor ou contra este projeto ou suas modalidades de atuação, podia significar também um posicionamento a favor ou contrário ao governo Goulart, a favor ou contra as reformas no ensino e, mais amplamente, as de base. Significava tomar partido, assumir posições políticas claras e não somente político-acadêmicas que, no contexto cada vez mais radicalizado dos anos de 1962 a 1964, assumiam as proporções de um embate sobre os rumos do Brasil. Para os que perderam, significou, como vimos, o exílio, o confinamento ou o isolamento, pelo menos até uma nova fase, mais radical, pós-1968. Nessa última fase, o sonho das reformas, como foi o da UFSP, já não existia mais e nem podia ser mencionado.

No âmbito institucional, o ano de 1964 foi caracterizado pelo auge e, ao mesmo tempo, pelo declínio abrupto do processo de constituição da UFSP, um dos projetos educativos nacionais para o ensino superior que se intensificaram com a chegada de Goulart ao poder, e que lastreava a reformulação da educação superior concebida por Darcy Ribeiro, cujo marco foi a fundação da Universidade de Brasília.

Esses projetos para o ensino superior tiveram boa acolhida no seio do movimento estudantil e eram comparáveis às reformas de base planejadas e em alguns campos parcialmente realizadas – com todas as contradições, conflitos e ambigüidades da situação vivida no país, que levaram à radicalização do confronto político e ao golpe militar. Não por acaso, o governo surgido a partir de 1ª de abril de 1964 direcionou sua ação reacionária, entre os muitos alvos de repressão imediata, justamente contra aqueles projetos da educação superior que melhor representavam as reformas do governo Jango, dentro do processo de reestruturação e nova definição do sistema universitário brasileiro.

83. Tarcisio Triviño, “David Rosenberg, um Nome a Ser Reverenciado”, *Acta Cirúrgica Brasileira*, 17 (6), 2002.

A EPM estava no centro do projeto de expansão e consolidação da UFSP, no momento em que esse projeto começou a passar do papel para a realidade, com novos e maiores financiamentos, a reformulação de sua estrutura geral e com a construção de novas instalações.

A UFSP foi criada em dezembro de 1960, reunindo cinco instituições de ensino superior: a Escola Paulista de Medicina; a Escola de Engenharia de São Carlos; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara; a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba e a Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Santo André⁸⁴. Configurava-se, assim, como uma instituição espalhada pelo território paulista, fragmentada em unidades distantes entre si, nos moldes do que mais tarde viria a ser a Unesp⁸⁵. O surgimento fragmentado se deveu a uma estratégia pragmática, que visava instituir universidades federais a partir da agregação de unidades isoladas de ensino superior, federalizadas havia poucos anos ou diretamente no momento de sua agregação⁸⁶.

Ao mesmo tempo, essa política continuava o processo de assunção, por parte do Governo Federal, dos ônus da expansão do sistema universitário do país – considerado aquém das exigências de um país que procurava acelerar seu crescimento econômico e o aperfeiçoamento dos pesquisadores e educadores. De fato, na perspectiva nacional, a mesma lei que criara a UFSP também federalizara, nos seus artigos iniciais, a Universidade da Paraíba, igualmente contando com diversas faculdades e institutos espalhados por aquele estado, mas já unificada em 1955⁸⁷.

Era mais um passo à frente na criação de um sistema de ensino superior de abrangência nacional, efetivamente universitário, que ainda se apresentava, nesse caso, como a somatória de instituições de ensino isoladas, a maioria de criação recente. Ao mesmo tempo, tentava superar esta fragmentação, se não no plano geográfico, ao menos no institucional, ao ligá-las entre si numa única universidade.

O principal mentor do projeto foi o deputado federal Lauro Monteiro da Cruz, que propôs uma emenda à lei que federalizava a Universidade da Paraíba, na qual se criava também, com o mesmo processo de agregação, a UFSP, “emenda essa que traduzira orientação da bancada paulista no Congresso Nacional”⁸⁸.

Lauro Cruz acompanhou intensamente todo o processo. Para isso valeu-se de seu cargo como presidente da Comissão de Educação e Cultura do poder Legislativo Federal, a partir de 1963⁸⁹. Ele foi uma figura chave, um médico paulista, catedrático, ligado à EPM, da qual foi docente desde 1934 como titular da cadeira de Física Biológica, até 1949, quando foi eleito deputado federal – mantendo o vínculo com a Escola até a sua aposentadoria, em 1966⁹⁰.

84. Art. 11 e 12 da lei nº 3.835, de 13 dez. 1960.

85. A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) foi criada em 1976, incorporando, aliás, duas instituições arroladas em 1960 na UFSP: as faculdades de Araçatuba e de Araraquara. Ver <http://www.cedem.unesp.br>.

86. No caso da UFSP, a Escola de Engenharia de São Carlos e a Faculdade Municipal de Santo André seriam federalizadas com a lei de 1960, enquanto as outras já o eram desde 1956 e 1957. Art. 12, lei nº 3.835.

87. Lei estadual nº 1.366, de 2 dez. 1955.

88. *Atas da Congregação*, 19 jan. 1961.

89. José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, p. 187.

90. *Idem, ibidem* e <http://www.biof.epm.br/historico.htm>, acesso em dez. 2007. Nota-se que a biografia de Ribeiro do Valle, escrita pelo próprio autor, considera relevante a atividade legislativa de Lauro Cruz, presidente da Comissão de Educação e Cultura até 1966, deputado federal por cinco legislaturas, mas não toca em sua atuação fundamental para a formação da UFSP. Isso revela a existência de um verdadeiro tabu para os governos civis-militares, embora não se possa dizer que Cruz fosse um subversivo. Em 1962, tinha visitado os Estados Unidos a convite do Departamento de Estado, para estudar os sistemas educacionais daquele país, e continuou tendo um papel importante na reformulação da política educativa após 1964. Em 1970, foi membro da delegação brasileira à 58ª Conferência Interparlamentar em Haia.

91. Ver capítulo 11.

92. Ver depoimento de José Ribeiro do Valle de 1977. Rio de Janeiro, FGV, CPDOC, 1985, *apud* Maria Gabriela S. M. C. Marinho, “A Fundação Rockefeller e Instituições de Ensino e Pesquisa em São Paulo”, *Horizontes*, 22 (2), p. 152.

93. *Idem, ibidem*. Em 1956-1957, a EPM recebeu da Fundação US\$ 105.000 (cf. *Ata da Congregação*, 2 ago. 1957). No final de 1957, foi previsto um financiamento de US\$ 800.000 para três anos (*Ata da Congregação*, 25 nov. 1957).

94. *Ata da Congregação*, 5 abr. 1963.

95. Cf. Marcos Lindenberg, *Relação dos Atos e dos Fatos que Condicionaram a Posição Atual da Universidade Federal de São Paulo, de sua Administração e de suas Atividades*, Parte 1, p. 2. Consta ter sido protocolado este relatório na UFSP/EPM em 7 maio 1964. Foi enviada à diretoria da Escola somente cópia da *Relação*, porque o original foi enviado no mesmo período ao MEC. De um ponto de vista metodológico, uma consideração importante deve ser feita. A *Relação* foi publicada cerca de um mês após o golpe, quando aparecia cada vez mais claro que o novo governo teria punido ou limitado fortemente o projeto da UFSP, por evidentes motivos políticos (sua ligação com a equipe de governo de Goulart, especialmente com Darcy Ribeiro e outros intelectuais à esquerda no espectro político). Portanto, a *Relação* foi escrita também com o intuito de defesa. Ainda assim, suas conclusões e o histórico da criação da UFSP ali narrado tem coincidências quase absolutas com o que pode ser reconstruído através das Atas da Congregação da EPM do mesmo período.

As discussões sobre a transformação da EPM em faculdade da UFSP dominou os debates nas reuniões da congregação a partir de 1959-1960. A federalização de 1956 tinha deixado rastros de forte oposição interna, sobretudo porque a maioria dos fundadores não queria ser englobada no sistema público e menos ainda no sistema público federal. Isso era entendido como uma redução de sua autonomia, e uma maioria consistente se identificava com o “partido lacerdiano” dos favoráveis ao ensino privado – o que coincidia com seu catolicismo conservador. A conhecida escassez de fundos da Escola, porém, foi o elemento central que os levou a aceitar a contragosto a sua federalização⁹¹, mas, como salientamos, não a do HSP, como queriam os estudantes às vésperas do golpe.

A federalização da Escola teria permitido também a oficialização e intensificação das relações com a Fundação Rockefeller que, assim como ocorreu na Faculdade de Medicina da USP, preferia financiar no exterior instituições públicas, pois entendia agir dentro de uma óptica de relações internacionais entre governos⁹². Iniciado de fato em 1955, o fundamental apoio da Rockefeller foi consagrado entre 1956 e 1958, encerrando-se em julho de 1962, momento em que começava a se consolidar a absorção da EPM na recém-criada UFSP e, portanto, a progressiva assunção, por parte da União, do orçamento da Escola (mas não do Hospital) e da continuidade dos projetos iniciados com o aporte financeiro da Rockefeller⁹³.

Nesse sentido, o próprio Marcos Lindenberg, diretor da EPM e principal propugnador da UFSP, conseguiu fazer aprovar no governo sua proposta para uma absorção, por parte do estado federal, deste compromisso, de modo que,

[...] esgotados os recursos para pessoal oriundo do último donativo da Fundação Rockefeller, não sofreram solução de continuidade os programas que esses recursos vinham patrocinando. Realmente, a Escola assumiu as responsabilidades decorrentes dos planos preestabelecidos, graças a dotações orçamentárias próprias, para isto destinadas⁹⁴.

A lei de 1960, que criava a UFSP, não teve consequência prática até a publicação da lei orçamentária da União para o exercício de 1962, na qual apareciam “pela primeira vez recursos destinados à UFSP com a discriminação de uma dotação global especificamente consignada à EPM”⁹⁵. Em meados de 1962, o governo Goulart acelerou a execução do projeto e, por decreto-lei, Marcos Lindenberg, como diretor da única unidade efetiva da nova universidade, tornou-se responsável pelo expediente da reitoria da UFSP, com a finalidade de poder “movimentar

a dotação global da EPM, constante da lei orçamentária”, de modo que se concretizasse o processo de incorporação da Escola à Universidade Federal, ainda que esta só existisse no papel e coincidissem inteiramente com a EPM⁹⁶. Porém, o orçamento da União para o ano seguinte (1963) subordinava as finanças da Escola às da UFSP, sem destacar, dentro do orçamento da Universidade, dotações específicas para a EPM. Finalmente, a UFSP tinha um orçamento próprio dentro da Lei Orçamentária da União. Todavia, reafirmou-se, no início de 1963, que a dotação da UFSP devia ser gerida pelo diretor e pelo CTA da EPM, através de um decreto do presidente da República que incumbia Marcos Lindenberg de “responder pela Reitoria da Universidade Federal de São Paulo, até que seja organizado, instalado e aprovado o Estatuto”⁹⁷.

Abria-se uma divisão de funções e responsabilidades que teria levado, em poucos meses, ao acirramento do conflito entre os favoráveis e os contrários à existência da UFSP. Enquanto Lindenberg empenhava-se na Câmara dos Deputados, no MEC e em outras instâncias do Governo Federal para fortalecer e agilizar o processo de instalação da UFSP, os órgãos da EPM agiam de forma contrária, para preservar suas prerrogativas, de modo a obstaculizar a efetiva criação da Universidade. A Escola Paulista de Medicina era a única unidade existente da UFSP e deveria ser a instituição líder em torno da qual iria se constituir, apoiando-se em suas raízes antigas, a nova universidade⁹⁸. Exemplo disso pode ser verificado no fato de que a maior parte dos primeiros 521 servidores enquadrados na UFSP fazia parte dos serviços hospitalares da Escola, no HSP, e ali continuou a trabalhar⁹⁹.

A obra de Lindenberg junto às autoridades em Brasília, incluindo várias entrevistas entre 1961 e 1963 com os ministros da Educação e Cultura que se sucederam e com os diretores do ensino superior, conseguiu corrigir aquela que era uma das críticas iniciais da congregação da EPM ao projeto da UFSP: sua dispersão geográfica. De fato, quando se instalou a reitoria em 1964, foi escolhida a Escola Técnica de São Bernardo do Campo como sede provisória¹⁰⁰. O próprio Lindenberg considerava inadequada a lei que estruturava a UFSP, “com base na agregação de escolas e faculdades preexistentes e localizadas em cidades afastadas”, acreditando que isso jamais teria conduzido “à real existência de uma universidade” e que a localização da reitoria na cidade de São Carlos não podia atender “às exigências do ensino superior, dada a inexistência local de uma infra-estrutura técnica e cultural capaz de sustentar uma universidade”¹⁰¹. O sucesso nessa iniciativa não o salvou da oposição crescente na Congregação, nem salvou a UFSP, ainda que ficasse claro que Lindenberg continuaria liderando o processo de construção da Universidade.

96. Decreto 1.107 de 30 maio 1962. No mesmo texto legal, o CTA da EPM era autorizado a funcionar como Conselho de Curadores da UFSP. Ver também Marcos Lindenberg, *op. cit.*, p. 3.

97. *Idem*, p. 3. O decreto foi publicado no *Diário Oficial* em 30 jan. 1963.

98. *Idem*, p. 4.

99. *Idem*, *ibidem*.

100. Decreto nº 53.372, publicado no *Diário Oficial da União* de 3 jan. 1964.

101. Marcos Lindenberg, *op. cit.*, pp. 4-5. Nesse sentido acolheu, por exemplo, a crítica de Otto Bier, que no início de 1961 achou “inaceitável” o projeto da UFSP, caso se continuasse a manter a reitoria em São Carlos, ainda depois da exclusão da Escola de Engenharia de São Carlos da UFSP, pois “considerava humilhante para a Escola Paulista de Medicina incorporar-se à universidade cuja reitoria se localizava em cidade do interior”. *Ata da Congregação*, 19 jan. 1961.

Entre o fim de 1963 e os primeiros meses de 1964, a institucionalização da UFSP tornou-se um fato dentro do processo mais amplo das reformas do governo Goulart. Em outubro de 1963, em meio à sua rápida passagem pela cadeira de ministro da Educação, Paulo de Tarso Santos¹⁰² criou um grupo de trabalho que, sob a presidência do próprio Lindenberg, deveria estudar as estruturas jurídica, administrativa e financeira da nova universidade¹⁰³. Faziam parte da equipe para o estudo preliminar: Paulo de Camargo e Almeida (professor catedrático da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo), Fernando Henrique Cardoso (professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo), Fausto Castilho (professor da Faculdade de Filosofia de Araraquara), Antônio Augusto Silva (professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas), Roberto Frade Monte (professor catedrático da Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie), Sylvio Barros Sanvaya (presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo) e José Carlos Seixas (Representante da União Nacional dos Estudantes)¹⁰⁴.

O grupo se reuniu regularmente e os seus membros foram confirmados por Júlio Furquim Sambaquy (o sucessor de Paulo de Tarso no MEC) como integrantes do Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP, criado oficialmente em 31 de dezembro de 1963, presidido por Marcos Lindenberg, que ao mesmo tempo foi nomeado responsável pela Reitoria da UFSP¹⁰⁵. As funções do Conselho mostravam que a intenção do governo era instaurar a nova universidade ao longo de 1964 e 1965, pois lhe cabia “promover e estudar as estruturas jurídicas, econômicas, financeiras, administrativas, didáticas e disciplinares da Universidade Federal de São Paulo e apresentar ao MEC este trabalho em 180 dias a partir da publicação deste decreto”¹⁰⁶. Além disso, o Conselho deveria apresentar o projeto de estatuto da instituição para ser encaminhado ao Conselho Federal de Educação. Ao Conselho eram também confiadas as atribuições do Conselho de Curadores, que antes eram prerrogativas do CTA da Escola Paulista. A Lindenberg, responsável pela reitoria, competia providenciar a criação e instalação dos institutos de ensino e órgãos complementares¹⁰⁷. O decreto que criava o Conselho acompanhava outro, publicado no mesmo dia, em que se autorizava a UFSP a criar e instalar cursos pré-universitários e determinava a organização e instalação dos institutos centrais da universidade, destinados a cursos superiores e intermediários¹⁰⁸.

Estas providências desencadearam um conflito entre Lindenberg (que ao seu lado tinha boa parte dos alunos da EPM e uma parte

102. Na época um dos líderes da Frente da Mobilização Popular (que tinha como liderança a figura de Leonel Brizola), um movimento de caráter nacionalista cujo programa era a implementação das reformas de base.

103. Portaria de 2 out. 1963, cf. Marcos Lindenberg, *op. cit.*, p. 5.

104. *Livro de Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP*, 4 jan. 1964. Ver também Marcos Lindenberg, *op. cit.*, p. 5.

105. Decreto 53.373, publicado no *Diário Oficial da União* de 3 jan. 1964.

106. *Idem*.

107. *Idem*.

108. *Idem*. Os cursos pré-universitários abririam duas mil vagas em março de 1964, com recursos especiais do Fundo Nacional do Ensino Médio e do MEC e funcionariam nas salas da Escola Técnica de São Bernardo.

dos docentes, mas não os catedráticos) e a Congregação, que explicitou sua firme oposição ao prosseguimento da instalação da UFSP. Do ponto de vista da política nacional, não podia haver momento mais difícil, enquanto para uma congregação majoritariamente conservadora, a conjuntura era crítica por vários motivos. A presença de representantes do movimento estudantil e de conhecidos intelectuais de esquerda no Conselho e no Grupo de Estudo da UFSP; a abertura para as ciências humanas e a formação humanística presente no estudo preliminar que circulou na Escola em fins de 1963; e, finalmente a localização da sede da universidade no ABC acirraram a ruptura, logo encampada pelo governo golpista para enterrar a projetada co-irmã da UNB em São Paulo.

O conflito e ruptura vieram à tona pouco antes da promulgação dos decretos, uma vez que numa reunião do CTA da EPM no fim de dezembro de 1963, o então diretor da Escola adiantou o conteúdo da legislação que o governo preparava com o objetivo de prosseguir na instalação da UFSP. Lindenberg adiantou também a linha político-administrativa que seguiria para efetivar a universidade: abertura do colégio universitário em março de 1964; dos cursos e dos institutos centrais (faculdades) até março de 1965; instalação da universidade em terrenos pertencentes aos municípios industriais do ABC paulista¹⁰⁹. Claramente, a passagem das funções de curadoria do CTA da EPM para o Conselho da UFSP foi o ponto em torno do qual se cristalizou a oposição¹¹⁰. O CTA formulou, então, um documento solicitando ao MEC sustar a promulgação dos decretos e passando a decisão final sobre a posição da Escola à Congregação. Esta se reuniu extraordinariamente alguns dias depois e, após um curto debate, deliberou, pelo voto unânime dos 22 docentes presentes, apoiar a decisão do CTA, reiterando o apelo ao ministro¹¹¹, que obviamente não o aceitou e insistiu no caminho já encetado de acelerar a implementação da UFSP.

No início de janeiro de 1964, quando o Conselho da Universidade iniciava seus trabalhos, a Congregação da EPM manifestava pela imprensa sua contrariedade e se inseria como uma peça a mais no jogo da oposição contra o governo Goulart¹¹². Naquele mesmo mês, frente às posições do CTA e da Congregação, Lindenberg, pediu exoneração do cargo de diretor da Escola, sendo o pedido aceito pelo presidente da República¹¹³. Sua defesa, em maio de 64, foi também um ato de acusação à miopia político-acadêmica daquela geração de administradores da EPM – opositores da UFSP desde o início e carentes, segundo ele, de uma visão do ensino mais ampla:

109. Ata do CTA, 19 dez. 1963 e Marcos Lindenberg, *op. cit.*, pp. 5-6. Os terrenos foram doados pelas prefeituras de Santo André, São Bernardo e São Caetano.

110. Segundo os membros do CTA, “um órgão estranho à Escola não deveria opinar sobre a distribuição de verbas da Universidade Federal de São Paulo, numa fase em que esta é integrada exclusivamente pela Escola Paulista de Medicina”. Ata do CTA, 19 dez. 1963.

111. *Ata da Congregação*, 23 dez. 1964.

112. O Manifesto foi publicado no dia 8 de janeiro de 1964. Ver Marcos Lindenberg, *op. cit.*, p. 9 e Atas Congregação 8 jan. 1964.

113. *Ata da Congregação*, 8 jan. 1964 e Marcos Lindenberg, *op. cit.*, p. 7. Lindenberg foi substituído por Felício Cintra do Prado, até que a Congregação elegeu uma nova lista tríplice, sendo nomeado diretor José Maria de Freitas.

Essa decisão [a de pedir exoneração] tomou-a o Diretor à vista das manifestações do Conselho técnico-administrativo e da Congregação e não compreender que, nem suas ações ou atitudes, nem as iniciativas do ministro da educação [...] importassem em qualquer desconsideração para com a Escola Paulista de Medicina ou seus professores [...]. Os decretos visavam a encaminhar o estudo da estruturação da UFSP, e criar condições para que ela pudesse prestar desde logo relevantes serviços ao ensino superior deste Estado; dificilmente poder-se-ia compreender que, de sua promulgação e de seus dispositivos pudessem advir quaisquer prejuízos para os trabalhos da EPM ou para seu desenvolvimento, o qual, pelo contrário, só poderia ser estimulado e facilitado. Reiterada e inutilmente havia procurado o Diretor, durante três anos, despertar a atenção dos anteriores ministros da educação para a situação [...] que criara a UFSP e a falta de uma Lei complementar que criasse condições para sua efetiva instalação [...]. Se alguma desconsideração houve em qualquer tempo para com a EPM, ela haveria de ser encontrada nessa carência de atenção e nenhuma resposta às suas repetidas manifestações e sugestões no sentido de ser solucionado um problema que, se lhe interessava de perto e muito, era antes que tudo, do mais alto interesse nacional [...]. As funções de Conselho de Curadores da UFSP cometidas ao CTA da EPM em maio de 1962 e janeiro de 1963 visavam à administração dos recursos orçamentários [...] em períodos durante os quais a EPM era a única entidade componente da UFSP. O mesmo já não aconteceria em 1964, com a criação dos cursos pré-universitários, as providências para instalação dos institutos básicos que haviam de iniciar suas atividades em 1965 [...]. Enfim, estendiam-se agora as atividades a todos os campos da ciência e das artes, assim no nível secundário como superior [...]. Só temores sem fundamentação, e por isso mesmo inconsistentes, poderiam apoiar dúvidas quanto ao critério com que neste sentido agiria o Conselho da Universidade, em cuja presidência estaria o próprio diretor da EPM¹¹⁴.

114. Marcos Lindenberg, *op. cit.*, pp. 7-9.

115. A última foi realizada em 25 mar. 1964. Ver *Atas Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP*, 1964.

116. O documento, anexo nº 22 da *Relação* citada de Lindenberg, intitula-se “Documento do Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP que Reuniu as Conclusões Parciais e Provisórias a que Chegou sobre a Estruturação e Funcionamento da Universidade”. Não chegou a ser publicado e veiculado por causa do golpe. Ver também Marcos Lindenberg, *op. cit.*, pp. 9-10.

117. Marcos Lindenberg, “Cartas à Redação. Que é Feito da Universidade Federal de SP?”, *Folha de S. Paulo*, 10 out. 1964.

Às vésperas do golpe, após dezenove reuniões¹¹⁵, o Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP já tinha terminado seus trabalhos e havia elaborado um documento que estruturava a Universidade e que deveria ter sido discutido nos meses sucessivos na EPM, na comunidade acadêmica brasileira e na imprensa¹¹⁶. A UFSP estava pronta para iniciar suas atividades, considerando que já havia mais de 1 700 inscritos no colégio de aplicação que começaria suas aulas em abril de 1964, em São Bernardo do Campo, junto com as atividades do setor de Cultura Popular¹¹⁷. É necessário dizer também que a elaboração do documento que estruturava a UFSP teve a contribuição não somente dos docentes e alunos presentes no Conselho, mas também de muitos outros que por

eles foram ouvidos ou expressamente procurados. A proposta para o setor de arte (que compreendia escolas e centros de arquitetura e planejamento, ateliês de artes visuais e produção tele-foto-cinematográfica, de música, teatro, documentação e difusão), por exemplo, foi elaborado por uma equipe coordenada pelo arquiteto Jorge Wilhelm¹¹⁸.

Com elementos trabalhistas, desenvolvimentistas, socialistas e do nacionalismo democrático, a estrutura e funcionamento da UFSP baseavam-se também nos princípios do manifesto escolanovista *Mais Uma Vez Convocados*, de 1959¹¹⁹, e estruturava um ateneu inspirado numa formação humanística ampla, com colégio de aplicação (Colégio Universitário) nos moldes do Liceu Clássico (quatrocentas vagas) e do Liceu Científico (1 600 vagas) e com o Setor de Cultura Popular, voltado para uma relação dialógica entre o mundo universitário (nas suas perspectivas do ensino e da pesquisa) e a comunidade¹²⁰.

Nas grandes linhas, dentro de um processo mais amplo de reforma social¹²¹ e a partir de uma apropriação discursiva do papel inovador da Escola Paulista de Medicina nos anos de 1930, ao qual o projeto da UFSP deveria dar continuidade¹²², a proposta apresentada pelo Conselho Consultivo e Deliberativo era criar uma “universidade nova” que atendesse às demandas de aumento da escolaridade, compreendendo que, “no regime democrático de governo é tarefa prioritária do Estado a educação do povo”. Portanto, com a construção da UFSP, o objetivo era “consolidar e ampliar a *hegemonia* da escola pública”¹²³.

As “Definições e Objetivos” eram muito claros no sentido político-reformador, fato que deve ter acirrado a oposição dos catedráticos da EPM e a repressão no novo governo, uma vez que se declarava que a UFSP seria “nacional e democrática”:

No primeiro caso menos porque pretenda estender sua ação a todo o território nacional e mais porque seus serviços docentes e de pesquisa estarão orientados no sentido do equacionamento e da solução dos problemas nacionais. No segundo caso [...] principalmente porque promoverá o acesso aos seus sistemas, institutos e cursos aos mais amplos contingentes da população, facilitando-lhe a ascensão social e profissional e contribuindo, assim, para a elevação do nível geral do trabalho e do bem estar da coletividade¹²⁴.

Ao mesmo tempo, a questão operária nacional (e, no caso, também regional), juntava-se a esta primeira declaração de princípios:

A partir da definição de que a Universidade Federal de São Paulo será nacional, importa vinculá-la à região do ABC, na medida em que a concentra-

118. Ver *Atas do Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP*, 1964. Também o cineasta Rudá de Andrade lembra como foi importante ter se envolvido na elaboração do projeto da UFSP, cf. *Cela 3, a Grade Agride*.

119. O documento reafirmava o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932. Redigido também por Fernando de Azevedo, recebeu a apoio de 189 intelectuais brasileiros, entre os quais destacamos Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso e Sérgio Buarque de Holanda. Lembramos que Fernando Henrique era membro do Conselho da UFSP.

120. Ver “Documento do Conselho Consultivo e Deliberativo...”.

121. Como evidenciado na Introdução do “Documento...”, p. 1. O parágrafo em questão foi utilizado também como epígrafe deste capítulo.

122. Não podemos esquecer que Lindenberg foi um dos fundadores da EPM. No “Documento...”, p. 1, convidava-se a EPM a participar “nessa tarefa renovadora. Os interesses da educação certamente ficarão mais bem servidos, se essa experiência for integrada com a participação ativa daqueles que, há trinta anos, ousaram ser inovadores”.

123. “Documento...”, Apresentação e pp. 1-2.

124. *Idem, ibidem*.

ção industrial e operária dessa área reflete o desenvolvimento futuro do Brasil. Os novos problemas da civilização industrial brasileira antecipam-se na vida diária das áreas altamente industrializadas, convindo, assim, que a Universidade procure senti-los desde logo e resolvê-los, seja no plano dos trabalhos econômicos e sociais¹²⁵.

De fato, os dez objetivos de pesquisa e ensino da UFSP pautavam-se numa visão geral humanística de tipo iluminista e fortemente engajada dos pontos de vista político e social: “formar no cidadão uma consciência capaz de contribuir para o aperfeiçoamento do homem e da sociedade”; “habilitar o profissional para o pleno desempenho de suas funções sociais”; “recolher do seio do povo as manifestações espontâneas de sua cultura”; “estimular de modo especial a extensão e o nível da pesquisa nos campos que mais diretamente se vinculem com o desenvolvimento nacional, sem prejuízo da liberdade de pesquisa pura; “promover a análise crítica permanente da vida nacional”¹²⁶. Enfim, a instituição devia “manter-se permanentemente atenta à evolução da sociedade brasileira, sensível aos seus anseios e compromissada com seus problemas, procurando colaborar por todos os meios para a realização dos mais altos objetivos do desenvolvimento nacional”¹²⁷.

A estas declarações de princípios devia corresponder, portanto, uma organização que evitava “qualquer rigidez não só no sentido de não limitar seu processo de expansão e diversificação, mas para manter uma permanente ‘política experimental’ capaz de preservar e estimular a indagação científica e a mais objetiva adequação com a realidade”¹²⁸. Essa organização deveria basear-se numa inter-relação entre o preparo anterior ao ingresso no ensino superior; numa integração da comunidade e da sociedade em geral às atividades de extensão do ensino superior e na apropriação da cultura popular; e, finalmente, no âmbito da pesquisa e do ensino universitários propriamente ditos.

A macro-estrutura da UFSP foi dividida em quatro grandes setores (cada um composto por departamentos), a saber: Ciências Exatas e Naturais; Filosofia e Ciências Sociais; Letras e Artes; Cultura Popular. Haveria ainda órgãos de integração e órgãos complementares, que visavam estabelecer as relações entre os setores. Por fim, a presença de dois centros: o de Psicologia Aplicada (anexo ao setor de Filosofia) e o de Formação Pedagógica¹²⁹.

Os cursos seriam oferecidos pelos setores nos níveis de colégio universitário e qualificação técnica (ambos pré-universidade); de graduação, pós-graduação, especialização, adaptação e recuperação, atualização profissional, extensão universitária e difusão cultural, no âmbito

125. “Documento do Conselho Consultivo e Deliberativo...”, p. 2.

126. *Idem, ibidem*.

127. *Idem, ibidem*. Ainda nos pontos sobre a estrutura e funcionamento da UFSP, era reiterado, por exemplo, que a UFSP devia “promover, simultaneamente, a pesquisa básica e a que procura soluções para problemas da coletividade”; dar uma “contribuição para a solução dos *problemas nacionais*”; ser uma “instituição a serviço da coletividade”, que desperte “a compreensão do interesse nacional” (p. 3).

128. *Idem*, p. 2.

129. Órgãos complementares eram todos os que constituiriam o Centro Universitário de Documentação e Difusão, isto é: Biblioteca central, Filmoteca central, Discoteca central, Museu central, Gráfica-editora e Rádio-Televisão. O Centro de Psicologia Aplicada devia cuidar da aplicação de provas de seleção dos candidatos à Universidade, enquanto o Centro de Formação Pedagógica era incumbido entre outras coisas, da organização de currículos. *Idem*, pp. 3-4.

de uma política educacional que organizava os cursos para permitir a constituição de um duplo sistema de graduação horizontal e vertical. Em outras palavras, o ensino dar-se-ia por meio de uma relação orgânica entre diferentes níveis e tipos de formação e atuação científica e cultural, de modo que a interrupção dos “cursos completos de graduação”, por exemplo, não significasse a perda do saber acumulado pelos alunos até uma determinada fase formativa¹³⁰.

O setor de cultura popular, apesar de manter um “*status* universitário igual”, tinha “metodologia e conteúdo peculiares”. O objetivo era “desenvolver atividades científicas, artísticas e pedagógicas que permitam à população não-universitária compartilhar com a Universidade a tarefa de equacionamento e solução dos problemas nacionais a partir da perspectiva popular”, não apenas como órgão de recolhimento de manifestações espontâneas da cultura popular ou de divulgação cultural, mas sim um “núcleo de experimentação em que se procurará criar condições para que o próprio povo analise sua situação e formule as soluções que lhe parecerem mais adequadas para seus problemas”¹³¹.

Do ponto de vista organizativo, previa-se uma estrutura de órgãos deliberativos em três níveis hierárquicos: o Conselho Técnico-Científico, os Conselhos Interdepartamentais (em cada setor) e os Conselhos de Departamentos, todos prevendo uma “representação discente, de molde a encaminhar-se a experiência no sentido da co-gestão”¹³².

A presença de princípios norteadores democráticos, nos moldes nacionalistas e fortemente marcados pela experiência trabalhista, era acompanhada por uma prática universitária de construção da soberania nacional e popular. Isso seria traduzido, por exemplo, em atos como a criação de um sistema de bolsas para que estudantes de todo o Brasil pudessem se matricular nos cursos do Colégio Universitário¹³³ ou nos contratos de fornecimento de livros, equipamentos e empréstimos estabelecidos em 1964 com países do bloco socialista¹³⁴.

Considerando todos estes elementos, a estrutura e a trajetória da Universidade Federal de São Paulo fazia com que ela se constituísse em alvo privilegiado na obra de destruição ou limitação das reformas e das transformações que ocorreram e estavam ocorrendo durante o governo Goulart.

Inicialmente, o governo surgido do golpe revogou, já em abril de 1964, os decretos que instauravam o Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP, ao mesmo tempo exonerando Lindenberg também do cargo de diretor da EPM (que ele tinha temporariamente deixado para assumir a direção do Conselho da UFSP)¹³⁵.

130. *Idem*, pp. 3-4.

131. *Idem*, p. 4.

132. *Idem*, pp. 4-5.

133. Novamente, “salientando desde o início o caráter nacional da UFSP”. *Idem*, p. 5.

134. Ver *Atas Conselho Consultivo*, *op. cit.*, 20 jan. 1964 e 24 mar. 1964.

135. O decreto nº 53.885, de 13 abr. 1964, revogava os decretos nºs 53.372 e 53.373, de 31 dez. 1963. Antes, disso, dois decretos (s/nº) de 10 abr. 1964 exoneravam Marcos Lindenberg do cargo no Conselho e de diretor da EPM, nomeando para este último o professor José Maria de Freitas, que era o primeiro da lista triplíce formulada pela Congregação no início do ano e enviada ao presidente da República. Essa lista explicitava a força do bloco conservador e opositor da EPM. Ver *Ata Congregação* 15 jan. 1964.

136. Decreto de 30 set. 1964, publicado no DOU de 1º out. 1964. Na época, Lindenberg era docente da Escola havia 31 anos.

137. Especificamente, pelo seu artigo 7º, que permitia ao Poder Executivo federal ou estadual, demitir, dispensar, transferir ou aposentar funcionários públicos que atentassem contra a “segurança do país”, após investigação (o famoso IPM).

138. Acusação de Bernardes de Oliveira, como presidente da Comissão de Investigação Sumária (s/d). Acervo do CEHFI, 3º 102 – *Marcos Lindenberg e UFSP*.

139. Lei nº 4.421, de 29 set. 1964. De acordo com o Regimento da Escola Paulista de Medicina, promulgado na *Ata da Congregação* de 21 jan. 1965, o instituto, “com sede e foro na cidade de São Paulo, [era] dotado de personalidade jurídica, autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”.

140. Ver “Projeto nº 2.155 de 1964”, *Diário do Congresso Nacional*, seção 1, 23 jul. 1964, p. 5.658. O projeto cita a Mensagem nº 256-264 (de 21 jun. 1964) do Poder Executivo que, baseada no artigo 4º do AI-I, justificava a extinção da UFSP e apresentava uma série de motivos do Ministério da Educação e Cultura.

141. Ver sobretudo as *Atas Congregação* de 23 dez. 1963 e 8 jan. 1964. O referido projeto de lei foi discutido e aprovado em reunião da Congregação da EPM de 6 out. 1964 (ver *Ata da Congregação* da mesma data), com algumas oposições – por exemplo, como já vimos, a de Antônio Bernardes de Oliveira, um dos maiores opositores de Lindenberg e da UFSP, e membro da comissão interna dos IPMs, que expressou sua insatisfação para com a perda do *status* universitário da EPM e o fim do projeto da UFSP.

142. “Exposição de Motivos do Ministério da Educação e Cultura (11 jun. 1964)”, *loc. cit.*

Finalmente, em setembro de 1964, Lindenberg foi aposentado compulsoriamente do cargo de professor na EPM¹³⁶, como resultado do IPM que sofreu no mesmo mês, baseado no Ato Institucional nº 1¹³⁷, e atuado por uma comissão de investigação sumária interna presidida pelo professor Antônio Bernardes de Oliveira – destacada liderança conservadora e pró-golpe dentro da EPM¹³⁸. Simultaneamente, era promulgada a lei que revogava definitivamente os decretos que haviam criado a UFSP em 1960 e definia a nova situação institucional da Escola Paulista de Medicina como “Estabelecimento Isolado de Ensino Superior e de natureza autárquica”, todavia mantendo o vínculo federal estabelecido desde 1956¹³⁹.

Essa disposição, legalmente amparada no AI-I, foi apresentada como projeto no Congresso Nacional em junho de 1964, a partir de propostas instadas pelo próprio presidente da República, Castelo Branco, e pelo ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, que se inspiravam largamente não só no desejo do governo central de reprimir essa experiência tão ligada ao grupo escolanovista de Darcy Ribeiro e à ação reformadora do período Goulart, mas sobretudo na oposição ao projeto da UFSP por parte dos setores paulistas mais conservadores do governo estadual e da EPM¹⁴⁰. Os motivos apresentados pelo ministro eram inequívocos no seu sentido político: para Suplicy de Lacerda, a lei que criou a UFSP e os decretos que a instalavam incorporaram “entidades pertencentes ao governo do Estado de São Paulo, sem sua manifestação e sem lei estaduais dando a necessária autorização. [Incorporavam] a Escola Paulista de Medicina federal sem nenhuma conveniência para o ensino e sem manifestação dos órgãos competentes daquela Escola”. Em seguida, inspirado nas posições reiteradamente manifestadas pela Congregação da EPM em 1963-1964¹⁴¹, o ministro sugeria “a anulação do efeitos da lei de 13 de dezembro de 1960, bem como medidas legais para o melhor desenvolvimento da Escola Paulista de Medicina, estabelecimento de alto nível e que por isso mesmo desfruta de justo prestígio nos meios universitários brasileiros”, anexando o projeto de lei que estabelecia para a Escola um futuro não-universitário, de instituto isolado¹⁴².

A idéia da superação do *status* de escola isolada praticamente não encontrou espaço. Quando a UFSP foi definitivamente eliminada pelo novo governo civil-militar, em 1964, a maioria dos membros da Congregação só pôde lamentar o que eles não tinham previsto: o fim do projeto da UFSP levaria consigo o *status* universitário alcançado pela Escola entre 1960 e 1964. O desfecho superou também as expectativas daqueles catedráticos favoráveis ao golpe e à repressão, que não pensaram que a

eliminação ou o silenciamento dos professores e alunos mais empenhados na estruturação da UFSP podia ser o aval para a desestruturação do próprio projeto de criar uma nova universidade federal em São Paulo. A constatação foi expressada, por exemplo, por Antônio Bernardes de Oliveira, um dos mais ferrenhos opositores de Lindenberg e dos alunos e docentes afinados de alguma forma com a experiência do governo Goulart. Em 8 de setembro de 1964, Oliveira deplorava que a EPM

[...] tivesse sido desmembrada da UFSP; [...] que a situação de autarquia e escola livre a que está reduzida diminuiu-lhe o prestígio; [...] não ter a EPM se consolidado como núcleo em torno do qual outras faculdades, com seus institutos, viessem agregar para a progressiva estruturação de uma Universidade, mediante os recursos federais a que faz jus São Paulo, como a principal contribuinte para o orçamento da União¹⁴³.

Quando, em 1965, a Congregação elaborou o novo regimento da Escola, toda referência à expansão, pelo menos em campos diferentes da Saúde, tinha desaparecido. As finalidades da EPM seriam “formação, aperfeiçoamento técnico-profissional de médicos, de graduados em ciências biomédicas e de pessoal docente, bem como a pesquisa científica em qualquer campo da medicina e ciências afins”¹⁴⁴.

A resistência de Lindenberg não terminou com o IPM e a sua “demissão” da Escola. Logo após o decreto de aposentadoria compulsória, o ex-diretor publicou “À Coletividade Paulista”, um *j'accuse* público na imprensa, no qual chamava atenção para as responsabilidades do novo governo e do colegiado da EPM na extinção da UFSP – autores, segundo ele, da “desarticulação e anulação do que vinha sendo feito em completa desatenção para com os graves prejuízos que dessas atitudes adviriam para o ensino superior e as pesquisas em nosso meio”¹⁴⁵. Ainda no início de 1965, explicitava suas posições antitadura elaborando, com David Rosenberg e outros intelectuais, o Manifesto contra o Terrorismo Cultural, contra a ação repressora do governo golpista nas universidades e na UNE¹⁴⁶.

Lindenberg enfrentou um completo ostracismo por parte da Escola que tinha ajudado a fundar até 1968, quando o novo diretor Nylceo Marques de Castro, no espírito de sua gestão reformadora e próxima à visão de Lindenberg, o convidou oficialmente, pela primeira vez após 1964, para proferir uma palestra sobre o tema “Educação para o Desenvolvimento”¹⁴⁷. Daí até sua morte, em novembro de 1979¹⁴⁸, pode-se dizer que ele praticamente só teve contatos esporádicos na EPM. Todavia, por um bom tempo até o fim dos anos de

143. Cf. *Atas da Congregação*, 6 out. 1964.

144. Art. 2º do Regimento da Escola Paulista de Medicina. *Atas da Congregação*, 21 jan. 1965.

145. “Cartas à Redação. Que é Feito da Universidade Federal de SP?”, *Folha de S. Paulo*, 10 out. 1964. Na longa carta (publicada também no *Última Hora* de 10 out. 1964, com o título “Prof. Lindenberg Defende UFSP contra o Descaso da Revolução”), Lindenberg fazia um histórico da instituição prestes a iniciar sua vida acadêmica às vésperas do golpe (que, obviamente, não foi nomeado dessa maneira), identificava como grupo opositor do projeto “os órgãos diretivos da EPM e o ministro da Educação e Cultura”, e pedia que “o alto comando da Revolução” tomasse posição frente ao desaparecimento da Universidade.

146. No Manifesto falava-se da demissão sumária de três professores da EPM. Os autores do Manifesto eram Celso Furtado, Anísio Teixeira, Heron de Alencar, Josué de Castro, José Leite Lopes, Mário Schenberg, Florestan Fernandes, Ernani Fiori, Vilanova Artigas, Warwick Kerr, Marcos Lindenberg, Paulo Freire, Wilson Cantoni, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Michel Rabinovitch, Marcos Rubinger, David Rosenberg, Fernando Henrique Cardoso, Isaías Raw e Edgar Graeff.

147. EPM, ofício nº 827/68, de 6 set. 1968. Nylceo Marques de Castro, livre-docente em Anatomia, foi diretor da EPM entre 1968 e 1970, período crítico de aplicação do AI-5. Faleceu num acidente marítimo enquanto exercia as funções de diretor da EPM. Ver José Ribeiro do Valle, *op. cit.* pp. 204-207. Os alunos que, na época, estavam envolvidos no movimento estudantil, lembram dele como um professor de espírito democrático, que defendeu em diversas ocasiões as atividades do CAPB (oficialmente extinto como centro estudantil representativo pela Lei Suplicy de Lacerda, em 1964) e os estudantes, envolvendo-os no projeto de reforma da universidade e nas discussões no âmbito da Congregação. Ver *Atas da Congregação* de 1968-1970 e também Paulo José Brito de Castro, *op. cit.*, que em 1968

e 1969 foi presidente do CAPB e representante estudantil na Congregação.

148. Portanto, poucos meses depois da Lei de Anistia promulgada em agosto de 1979.

149. Ver depoimento de B. a Luigi Biondi, jan. de 2008.

150. O texto integral foi publicado n' *O Biceps* de dez. 1966, p. 4. Walter Manna Albertoni (presidente) e Edgard Fiori (secretário) eram os responsáveis pela comissão de formatura da turma de 1966. Ver entrevista de Walter Manna Albertoni a Luigi Biondi em jan. 2008. A cerimônia ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo no dia 22 de dezembro de 1966. Ver também "Formatura", *O Estado de S. Paulo*, 23 dez. 1966 e "Formandos de Medicina com Diploma Simbólico". *Folha de S. Paulo*, 30 dez. 1966.

151. José Ribeiro do Valle, *op. cit.* p. 120.

152. *Folha de S. Paulo* e *Última Hora* de 10 out. 1964, citados, ele afirmava: "não sou político, nem mantenho qualquer vínculo com qualquer partido, grupo, facção, agremiação ou corrente ideológica".

153. Estamos nos referindo aqui ao conceito de Antonio Gramsci de *intellettuale organico*, presente nos *Quaderni* (ver sobretudo o vol. 2 da edição brasileira mais recente: Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*).

154. As atas das reuniões do Conselho Consultivo da UFSP, mostram seu papel ativo, e não somente como coordenador e receptor de outras propostas. Ver *Atas do Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP*, 1964.

155. Diversos depoentes, na época alunos "militantes" do CAPB, tinham a impressão de que Lindenberg fosse muito próximo de Goulart, "era cama e mesa".

156. Todos os indicados nos IPMS de 1964 voltaram, posteriormente (pelo menos até o AI-5), a trabalhar nas instituições de ensino superior públicas, e os alunos não sofreram consequências ulteriores.

1960, continuou a organizar reuniões políticas na sua residência com os alunos do CAPB, ex-alunos da EPM e outros intelectuais contrários à ditadura¹⁴⁹. Por isso, em 1966, num contexto de reativação do movimento estudantil na Escola, foi homenageado como paraninfo pela turma que se formava naquele ano e convidado a proferir o discurso de formatura "Medicina, Civilização, Humanismo", no qual reiterou as suas convicções escolanovistas sobre a formação integral e humanística dos médicos: *nenhum* membro da Congregação da EPM compareceu à cerimônia, comprovando mais uma vez, agora com a distância de alguns anos, a oposição a Lindenberg e ao seu projeto, e também a divisão que existia e se radicalizava entre docentes e alunos¹⁵⁰. Forçado a se afastar das cadeiras universitárias, Lindenberg dedicou-se à atuação médica no Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado de São Paulo, do qual foi diretor entre 1966 e 1975¹⁵¹.

Marcos Lindenberg não era um homem de partido. Todavia, as palavras que ele usou para se defender nas páginas da imprensa em outubro de 1964¹⁵², se o mantinham distante de qualquer tipo de militância orgânica¹⁵³, ressentiam-se das circunstâncias pessoais do momento (o IPM e a aposentadoria compulsória) e da progressiva repressão implantada no país, que foi bastante radical entre abril de 1964 e ao longo de 1965. As reuniões que ele continuou organizando em sua casa nos mostram um Lindenberg mais ativo politicamente do que se poderia imaginar somente por aquelas declarações à imprensa. Quase certamente ele não era comunista, sendo difícil enquadrá-lo também no âmbito do PTB de forma orgânica. Porém, pelas posições que tomou, pelas propostas apresentadas na estruturação da UFSP, pelo desempenho na coordenação do projeto da nova universidade¹⁵⁴ e pela sua ligação político-institucional com o movimento das reformas de base do governo Goulart, além de sua posterior atuação como diretor do Serviço Social dos Empregados na Indústria da Construção, não estamos indo muito longe se o definirmos como um sincero nacionalista trabalhista – orgânico, nesse caso, ao projeto-Goulart¹⁵⁵. Fortemente adverso à ditadura, foi considerado um inimigo perigoso para o regime que se instaurou, tanto que sua reabilitação nunca ocorreu: Lindenberg viveu numa espécie de confinamento político e acadêmico até sua morte¹⁵⁶.

Se o sonho de Lindenberg acabou, o de Lauro Cruz continuou, mas teve de restringir-se a uma pequena parte daquele antigo projeto, limitando-se a São Carlos, onde ajudou o físico Sérgio Mascarenhas a fundar a UFscar. Mascarenhas tinha encontrado, inicialmente, dificul-

dades políticas semelhantes às encontradas por Lindenberg logo depois do golpe: criar universidades novas, centros agregadores de massa crítica – e, portanto, de estudantes – atemorizava os militares. A expansão universitária deveria ser controlada e estritamente vigiada, com financiamentos erráticos, para que não se saísse dos trilhos do projeto tecnocrático militar¹⁵⁷.

Afirmar que “não éramos mais universidade” tornou-se uma amarga constatação difundida entre os alunos. A constatação crítica começou a ter um papel na reavaliação dos efeitos do golpe sobre o ensino e sobre a instituição em particular entre os docentes, sobretudo os mais novos. Uma certa tradição epemista lida dolorosamente com a ampliação da Escola. No bojo dessa tradição, o projeto que se mostraria viável (em meio a outros que malograram) de criar uma universidade a partir do núcleo representado pela EPM voltaria à cena somente décadas depois, no início do século seguinte – ainda assim sem um consenso previamente estabelecido. Este será assunto para o próximo capítulo.

157. Entrevista de Sérgio Mascarenhas, *Revista Pesquisa Fapesp*, jul. 2007. Em 1967, quando conseguiu expandir seu Centro de Experimentação sobre a Memória Óptica e criar a pós-graduação na unidade da USP em São Carlos atraindo jovens físicos do Brasil, da América Latina e dos Estados Unidos “foi aí que aconteceu um desastre [...]. Estávamos em regime militar, eu estava sendo acusado de comunista, peguei até uma úlcera, tive depois tuberculose, alguns professores de minha equipe estavam sendo perseguidos. [...] Foi aí que apareceu em São Carlos Ernesto Pereira Lopes, empresário e político [...] *Junto com um outro deputado, Lauro Monteiro da Cruz, propunham criar uma universidade federal em São Paulo*. Aí fui a ele e disse que deveríamos criar uma universidade nova, com visão de futuro. Minha idéia era fazer uma universidade federal em São Carlos e criar uma nova engenharia na América Latina, a de materiais. Aí Reis Veloso, Pereira Lopes, Lauro Cruz me bancaram, toda a cidade me bancou”. “E criaram em 1969 a UFSCar”: “Sim, fui o primeiro reitor, *pro-tempore*, da universidade. Se não fosse Pereira Lopes nunca eu teria conseguido isso. Nem sem Veloso. Ele me dizia que eu queria botá-lo na cadeia, porque queria que me arrumasse dinheiro por fora das regras do MEC. Ele dizia ‘eu não posso’, eu dizia, ‘Ô, Veloso, ou *você quebra a casca do ovo ou vai continuar com essas porcarias dessas universidades iguais*’”.